

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

**ALLEN GARDEL DANTAS DE LUNA**

**A EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO COM EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE  
OS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA/PB  
2013**

**ALLEN GARDEL DANTAS DE LUNA**

**A EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO COM EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE  
OS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia (CME) do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências para obtenção do grau de mestre em economia.

**Orientador:** Prof. Dr. Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho.

**JOÃO PESSOA/PB  
2013**

Divisão de Serviços Técnicos.  
Catalogação da publicação na fonte.  
IFRN / Biblioteca Câmpus São Gonçalo do Amarante

L961e Luna, Allen Gardel Dantas de.

A eficiência do gasto público com educação : um estudo sobre os municípios da Paraíba / Allen Gardel Dantas de Luna. – João Pessoa, 2013.

101f. : il.

Orientador: Dr. Paulo Fernando de M. B. Cavalcanti Filho.  
Dissertação (Mestrado em Economia) – UFPB - CCSA.

1. Educação. 2. Gasto Público - Eficiência. 3. Bem estar social. I. Cavalcanti Filho, Paulo Fernando de Moura Bezerra. II. Título.

CDU: 336.531.2:37(813.3)

**ALLEN GARDEL DANTAS DE LUNA**

**A EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO COM EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE  
OS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA**

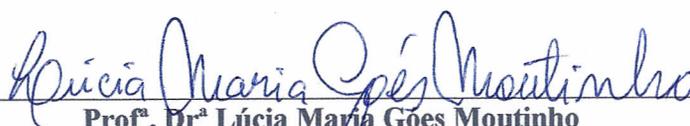
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de mestre em economia.

Submetida à apreciação de banca examinadora, sendo aprovada em \_\_\_/\_\_\_/2013.

**BANCA EXAMINADORA**

  
**Prof. Dr. Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho**  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB  
(Orientador)

  
**Prof. Dr. Ignácio Tavares de Araújo Júnior**  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB  
(Examinador Interno)

  
**Prof. Dr.ª Lúcia Maria Goes Moutinho**  
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE  
(Examinadora Externo)

**JOÃO PESSOA/PB  
2013**

*Aos meus pais, meus irmãos  
e as minhas amadas Débora, Sophia, Beatriz e Sara.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao nosso Deus Pai, por ter nos dado a honra de sermos criados a sua imagem e semelhança.

A nossa Mãe Maria Santíssima, por rogar por nós, seus filhos amados.

Ao meu pai, pelo exemplo de homem que é.

A minha mãe querida, pelo apoio incondicional.

A minha amada esposa Débora Youchoubel, por ter caminhado sempre ao meu lado.

Aos meus queridos irmãos, Carrel e Fran, pelo companheirismo de toda hora.

Ao Meu orientador, professor Paulo Fernando, por acreditar nas minhas capacidades e pela paciência desprendida a meu favor.

A equipe administrativa do PPGE, em particular a Rizomar e Carol, por seus préstimos.

Em especial aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Economia, pelas valiosas contribuições a minha formação.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, pela oportunidade dada.

Aos colegas de trabalho, principalmente nas pessoas do Professor Carlos Guedes, Abraão Soares, Edson Guilherme, Carlos Magno e Adaíres Soares, pela compreensão e apoio em minhas ausências.

Em especial aos colegas de turma, pelo companheirismo e solidariedade.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa caminhada em busca do conhecimento.

## RESUMO

O presente estudo teve como objetivo avaliar a eficiência relativa dos municípios da Paraíba em relação ao gasto público na área da educação, mais especificamente no Ensino Fundamental. Para isso, foi utilizado como metodologia o índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP), que pondera a despesa *per capita* de cada município com o retorno apresentado na forma de indicadores sociais. Foram analisados 216 municípios da Paraíba e suas 23 microrregiões, sendo que a pesquisa utilizou dados secundários, constituindo indicadores de despesa e de desempenho educacional do ano de 2010. Após a conclusão da pesquisa, os principais resultados apresentados indicam que os municípios e microrregiões que obtiveram maior eficiência relativa foram aqueles que apresentaram um menor gasto *per capita* com educação por aluno. Os entes que apresentaram melhores índices de resultados foram menos eficientes, pois gastaram muito para chegarem a esta situação. Dessa forma, pode-se averiguar que a elevação da despesa *per capita* não trouxe, necessariamente, um aumento no bem-estar da população escolar, ocorrendo assim deseconomia de escala, que acontece quando os gastos crescem mais que proporcionalmente aos resultados. Apesar de algumas limitações da pesquisa a serem consideradas, este trabalho poderá servir de base para futuras investigações mais aprofundadas ou como comparação com resultados obtidos em outros estudos.

**Palavras-Chave:** Educação, Gasto Público - Eficiência, Bem-Estar Social.

## ABSTRACT

The present study aimed to evaluate the relative efficiency of the municipalities of Paraíba in relation to public spending in education, specifically in elementary school. For this, methodology was used the index of Quality Public Spending (IQGP), which considers the per capita expenditure of each municipality with the return submitted in the form of social indicators. We analyzed 216 municipalities of Paraíba and its 23 micro-regions, the research used secondary data, providing indicators of spending and educational achievement in 2010. Upon completion of the research, the main results presented indicate that municipalities and micro-regions over had higher relative efficiency were those who had a lower per capita spending on education per student. The ones that had better rates of income were less efficient because they used many resources to reach this situation. Therefore, one can ascertain that the increase in per capita expenditure has not brought necessarily an increase in the welfare of the school population, thus allowing diseconomies of scale, which happens when spending grow more than proportionally to the results. Despite some limitations of the research to be considered, this work could serve as a basis for future more detailed investigations or as compared to results obtained in other studies.

**Keywords:** Education, Public Spending - Efficiency, Welfare.

## LISTA DE QUADROS, MAPAS E TABELAS

QUADRO 1: PRINCIPAIS VARIÁVEIS DE INSUMO E PRODUTO E TÉCNICAS UTILIZADAS NA AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DOS GASTOS EM EDUCAÇÃO.....	24
QUADRO 2: RESULTADOS DO IQGP DOS QUINZE MELHORES E PIORES MUNICÍPIOS .....	38
QUADRO 3: RESULTADOS DO IQGP POR MICRORREGIÕES.....	43
TABELA 1: SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS.....	32
TABELA 2: INFORMAÇÕES COLETADAS E FONTE DE COLETA .....	28
MAPA 1: MAPA DO IQGP POR MICRORREGIÕES .....	45

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: GRÁFICO DA FRONTEIRA DE EFICIÊNCIA DO IQGP PARA OS MUNICÍPIOS .....	40
GRÁFICO 2: DISPERSÃO DOS IQGP DOS MUNICÍPIOS .....	41
GRÁFICO 3: DISPERSÃO DOS 50% MELHORES IQGP DOS MUNICÍPIOS .....	42
GRÁFICO 4: DISPERSÃO DOS 50% PIORES IQGP DOS MUNICÍPIOS .....	42
GRÁFICO 5: GRÁFICO DA FRONTEIRA DE EFICIÊNCIA DO IQGP PARA AS MICRORREGIÕES .....	46

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**CF** – Constituição Federal

**DEA** - Data Envelopment Analysis

**DMUs** - Decision Making Units

**FDH** - Free Disposal Hull

**FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

**FUNDEF** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDEB** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**IQGP** - índice de Qualidade do Gasto Público

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**LDO** - Lei de Diretrizes Orçamentárias

**LOA** - Lei Orçamentária Anual

**LRF** - Lei de Responsabilidade Fiscal

**MDE** - Manutenção e desenvolvimento do ensino

**PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PPA** - Plano Plurianual

**SIOPE** - Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação

**STN** - Secretaria do Tesouro Nacional

**TCE-CE** – Tribunal de Contas do Estado do Ceará

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO</b> -----	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> -----	<b>16</b>
<b>2.1 Finanças Públicas No Brasil</b> -----	<b>16</b>
2.1.1 Funções Econômicas-----	16
2.1.2 Orçamento Público-----	16
2.1.3 Planejando o Gasto Público-----	18
<b>2.2 Eficiência e Eficácia do Gasto Público</b> -----	<b>19</b>
<b>2.3 Métodos de Mensuração da Eficiência do Gasto Público</b> -----	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA</b> -----	<b>27</b>
<b>3.1 Índice de Qualidade do Gasto Público</b> -----	<b>28</b>
3.1.1 Metodologia do Cálculo-----	28
3.1.2 Escolha dos indicadores-----	33
3.1.3 Limitações da pesquisa-----	35
<b>CAPÍTULO 4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> -----	<b>37</b>
<b>6.1 Análises dos Resultados por Municípios</b> -----	<b>37</b>
<b>6.2 Análises dos Resultados por Microrregiões</b> -----	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES</b> -----	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> -----	<b>50</b>
<b>ANEXO A – ÍNDICE DE INSUMO DOS MUNICÍPIOS</b> -----	<b>56</b>
<b>ANEXO B – INDICADORES DE BEM-ESTAR DOS MUNICÍPIOS</b> -----	<b>65</b>
<b>ANEXO C – ÍNDICE DE BEM-ESTAR DOS MUNICÍPIOS</b> -----	<b>74</b>
<b>ANEXO D – IQGP DOS MUNICÍPIOS</b> -----	<b>83</b>
<b>ANEXO E – ÍNDICE DE INSUMO DAS MICRORREGIÕES</b> -----	<b>92</b>

<b>ANEXO F – INDICADORES DE BEM-ESTAR DAS MICRORREGIÕES</b>	<b>94</b>
<b>ANEXO G – ÍNDICE DE BEM-ESTAR DAS MICRORREGIÕES</b>	<b>96</b>
<b>ANEXO H – IQGP DAS MICRORREGIÕES</b>	<b>98</b>

## CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 deu início a um processo de descentralização de poder, conferindo maior autonomia política e financeira à Federação, aos Estados e aos municípios e Distrito Federal. O significativo aumento do número de municípios no Brasil, principalmente na década de 1990, teve como uma de suas causas essa descentralização política.

Outro fato importante nesta nova visão descentralizadora do poder público no Brasil se deu no ano de 2000 quando entrou em vigor a Lei Complementar nº101, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que levou aos Estados e Municípios o mesmo tratamento fiscal dado à União. Isso trouxe maiores exigências a estes entes no controle e equilíbrio das contas públicas, no incentivo a geração de receitas próprias e na adoção de metodologias de planejamento, controle e transparências de informações, bem como de definição das melhores práticas na otimização do uso dos recursos públicos (JUBRAN, 2006).

Dessa forma, o uso de ferramentas que auxiliem na avaliação e no controle do atendimento das metas estipuladas no planejamento do gasto dos recursos se tornou cada vez mais imprescindível para os gestores políticos.

Corroborando essa ideia, Rezende (et al, 2007), fala que os gestores públicos devem estar numa constante busca por indicadores que possam mensurar a qualidade da gestão em relação às suas finanças. Slomski (1999, p.36 Apud REZENDE et al, 2007) acrescenta que há assimetria de informações entre os gestores e os cidadãos, pois estes não sabem ao certo se o seu gestor público está maximizando o retorno do que é gasto no que é produzido em termos de bens e serviços destinados à melhoria do bem-estar da sociedade.

Na educação, uma das funções de provimento básicas do gestor público, como exemplo da descentralização política emanada da Constituição Federal de 1988, os municípios receberam como prioridade a atuação no ensino fundamental e na educação infantil, segundo o Art. 211, parágrafo 2º da Carta Magna. Já para os Estados, ficou a incumbência prioritária do ensino fundamental e médio (Art. 201, parágrafo 3º e Art. 2011, parágrafo 3º, CF 1988).

Assim sendo, como forma de contribuir para os estudos na área do gasto público na educação, a presente dissertação apresenta o seguinte problema - qual o

grau de eficiência do gasto público em educação no ensino fundamental dos municípios do estado da Paraíba? Para isso, será usado como base o índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP), que pondera a despesa *per capita* de cada município com o retorno apresentado na forma de indicadores sociais. Também serão analisados os resultados por microrregiões do Estado, apresentando um ranking dos municípios e microrregiões com melhores e piores desempenhos.

A relevância deste tema estudado tem como primeira justificativa o advento da Emenda Constitucional nº19, de 1998, quando ocorreu um acréscimo nos princípios constitucionais já existentes: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Foi o princípio da eficiência, acrescentado ao art. 37 da Constituição Federal.

Desta forma, vários autores vêm destacando a necessidade atual de se estudar a eficiência do gasto público. Rezende et al (2007, p.25) afirma a importância de se realizar *“estudos sobre a efetiva aplicação dos recursos públicos, bem como o real impacto desses investimentos no desenvolvimento social dos municípios.”* Mendes (2007) acrescenta que um gasto público mais eficiente é condição necessária para que haja no Brasil um maior crescimento econômico, menor desigualdade social e maiores oportunidades de emprego e bem-estar social para a população.

Já especificamente em relação ao gasto público com educação, um estudo do Banco Mundial (BRUNS, 2010) indica que este não está produzindo os resultados esperados. O Brasil, segundo o estudo, gasta mais do que países que tem perfil demográfico semelhante ao nosso, como México, Índia e Indonésia, mas apresenta resultados no campo da educação piores do que os apresentados por estas nações.

Algumas medidas de combate à ineficiência do gasto publico já estão sendo tomadas pelo poder público ou mesmo pela sociedade civil, como o Programa de Eficiência do Gasto, do Ministério do Planejamento, que gerou uma cartilha chamada *“Coletânea de Melhores Práticas de Gestão do Gasto Público”*. A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIEP-USP), segundo Lima (2005, apud JUBRAN, 2006), também contribuiu no objetivo de mensurar a qualidade do gasto publico com o desenvolvimento do Indicador Financeiro Municipal, que avalia se ao aumentar sua arrecadação um município está

atingindo sua capacidade contributiva máxima, ou se há possibilidade de crescimento ainda maior na arrecadação.

Logo, o presente estudo servirá de subsídio para os gestores públicos avaliarem a qualidade do uso dos recursos públicos na área da educação em sua gestão. Também servirá de mais uma fonte de informação para a sociedade civil sobre qual está sendo o retorno dos impostos arrecadados e das transferências de recursos na produção dos bens e serviços atrelados à função educação em seus municípios.

Outro ponto que viabiliza a presente pesquisa é a relativa acessibilidade de dados necessários para a construção do IQGP nos sítios eletrônicos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o que viabiliza a conclusão do estudo.

Outro ponto importante é ressaltar o objetivo geral deste estudo que é o de verificar a eficiência do gasto público com educação do nível fundamental nos municípios do estado da Paraíba através do cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público. Como objetivos específicos temos os seguinte tópicos:

- Apresentar um ranking de qualidade do gasto público por municípios e por microrregiões do Estado;
- Representar graficamente os resultados comparativos entre município e Microrregiões;
- Investigar as relações gasto e resultado obtido nos resultados apresentados pelos municípios e microrregiões.
- Comparar com os resultados com os produzidos em estudo recente da Universidade Federal da Paraíba.

Quanto à estrutura do trabalho, incluindo esta parte introdutória, o estudo está dividido em cinco capítulos. O primeiro se refere à exposição do tema e da problemática da pesquisa, a justificativa da escolha do tema pesquisado e os objetivo geral e os específicos que vão nortear o desenvolvimento da pesquisa. No próximo capítulo é apresentada uma breve revisão da literatura sobre os assuntos pesquisados como orçamento público, eficiência no gasto público e os principais trabalhos já publicados. A metodologia utilizada na pesquisa é o tema do terceiro

capítulo, no qual é caracterizada a pesquisa em si, a sua abrangência, os instrumentos de coleta, os dados, seu tratamento, bem como a forma da sua análise. Além disso, é apresentada a metodologia do Índice de Qualidade da Gestão Pública, método utilizado neste estudo para mensurar a qualidade do gasto público. No capítulo quatro são apresentadas as análises dos principais resultados obtidos na pesquisa. No quinto capítulo são tecidas as considerações finais e por fim, são indicadas as fontes que serviram de referência bibliográfica para a construção desta dissertação.

## **CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Finanças Públicas No Brasil**

#### 2.1.1 Funções Econômicas

São três as funções econômicas do setor público (GREMAUD, 2005): função alocativa, função estabilizadora, e função distributiva.

- Função Alocativa: ocorre quando há necessidade do poder público fornecer bens e serviços que não puderam ser oferecidos de forma satisfatória pelo sistema de mercado, bem como as garantias sociais e políticas como acesso à justiça, liberdade e diversidade cultural;
- Função Estabilizadora: corresponde à intervenção do Estado na economia, visando garantir o máximo de crescimento econômico, estabilidade de preços e pleno emprego, dado que estes não ocorrem de maneira automática;
- Função Distributiva: ocorre quando o Estado redistribui renda entre classes sociais através da tributação, das transferências, subsídios e dos gastos com bens públicos.

Souza (2009) afirma que estas funções garantem que o Estado possa atuar utilizando um conjunto de instrumentos de intervenção econômica, promovendo ajustamentos onde existirem falhas do mercado.

#### 2.1.2 Orçamento Público

O orçamento corresponde ao “*fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período*” (BRASIL, 2011, p.10), compondo uma importante ferramenta de planejamento para qualquer entidade, de qualquer natureza.

No caso de um orçamento público, Silva (2004 apud BROTTI et al, 2007) apresenta o conceito de um plano de trabalho governamental expresso em termos monetários, evidenciando a política econômico-financeira do ente público. Para Giacomoni (2005) e Vasconcellos (2005), o orçamento público possui outros aspectos além do econômico-financeiro, como o político, jurídico, contábil e administrativo.

Por força legal, os orçamentos públicos precisam ser elaborados observando os princípios orçamentários, que servem para aumentar a coerência e efetividade do orçamento, mas não possuindo caráter absoluto ou dogmático (VASCONCELLOS, 2005), são eles:

- Princípio da Unidade: só deve haver um único orçamento para cada ente da Federação em cada exercício financeiro;
- Princípio da anualidade: as previsões de receitas e despesas devem se referir sempre a um período predeterminado de tempo. No Brasil, utiliza-se o período do Exercício Financeiro, que coincide com o período do ano civil;
- Princípio da Universalidade: o orçamento deve conter todas as previsões de receitas e despesa do Estado, ou seja, da nação;
- Princípio do Orçamento Bruto: todas as parcelas das receitas e despesas previstas devem ser apresentadas em valores brutos, sem quaisquer formas de dedução;
- Princípio da Exclusividade: o orçamento deve conter apenas assuntos orçamentários;
- Princípio do Equilíbrio: prevê que deva existir igualdade entre as receitas previstas e a fixação das despesas

No Brasil, o orçamento público é regido prioritariamente pela CF de 1988, pela Lei nº 4.320 de 1964 e pela Lei Complementar nº 101 de 2000. Estes dispositivos, além de outros infraconstitucionais, apresentam as diretrizes necessárias para formulação do orçamento público da União, Estados e Município e Distrito Federal.

### 2.1.3 Planejando o Gasto Público

O orçamento público é formado por receitas e despesas. *As receitas “são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público.”* (BRASIL, 2011, p.11). Já as despesas, representam os ingressos e aplicações dessas receitas num determinado período de tempo.

O planejamento do orçamento público no Brasil se dá através de três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Todos estão previstos no art. 165, da Carta Magna.

O PPA estabelece as diretrizes, metas e objetivos da administração pública federal, de maneira regionalizada, para as despesas de capital e de programas de duração continuada. Já a LDO compreende as metas e prioridades da Administração, inclusive as despesas com capital para o exercício financeiro subsequente, que servidão de base para a formatação da LOA. Já esta última, compreende três tipos de orçamento: o fiscal, que se refere aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (SOUSA, 2008).

Juntamente com o orçamento público, surge uma ferramenta muito importante no controle da execução desse planejamento de receitas e despesas: a LRF. A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 veio para estabelecer as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal de todos os entes da Federação.

Segundo Andrade (2007, apud GERIGK, 2008) após a instituição LRF, em seu art. 4º, a LDO agregou a suas atribuições o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e formas de limitação de empenho, normas de controle de custos e avaliação de resultados de programas, dos gastos com pessoal, limites de dívidas,

sobre o uso da reserva de contingência. Tudo isso com o intuito de melhor controlar a responsabilidade do gasto público, mantendo sempre o orçamento equilibrado.

Desta forma, para que a administração pública municipal, por exemplo, possa tornar viável o alcance dos seus objetivos e metas, precisa elaborar e aprovar a sua LOA, contendo as ações governamentais e as metas financeiras que pretende realizar durante o respectivo exercício financeiro, sempre em consonância com a LDO. Assim sendo, a LOA se torna o instrumento de execução das metas e objetivos da administração municipal em todas as áreas de atuação num determinado exercício, sendo dessa forma concretizado o seu planejamento (GERIGK, 2008).

Para Fernandes (1999), esse planejamento deve ser para toda a sociedade, devendo se estender por funções ou setores, como por exemplo, o da educação. Esta, segundo o mesmo autor, é entendida como *“um setor primordial para se alcançar e alavancar o desenvolvimento econômico necessário ao País”* (FERNANDES, 1999, p.06). Sendo assim, a educação deve encontrar lugar de destaque na concepção dos planejamentos do governo por ser fator de igualdade social e de geração de oportunidades para o mercado de trabalho e de consumo.

## **2.2 Eficiência e Eficácia do Gasto Público**

O conceito de eficiência está relacionado ao melhor emprego possível de recursos (financeiros, humanos, materiais e outros) com o objetivo de se atingir um determinado objetivo com a melhor relação custo-benefício possível. Acrescenta-se que para que haja eficiência é necessário que os recursos sejam utilizados de forma racional (GOMES, 2009).

Em muitos casos o conceito de eficiência traz consigo também a necessidade de entendermos outro conceito, o de eficácia. Para Motta (1990, apud GOMES, 2009), o conceito de eficácia está ligado ao alcance de resultados. Sua utilidade é verificar se os resultados previstos foram alcançados em termos de quantidade e qualidade. O mesmo autor acrescenta ainda que existe também o conceito de efetividade, que se refere à relevância da escolha dos objetivos a serem alcançados. Sua utilidade, dessa forma, é verificar se o programa, no caso de um planejamento

público, atende de maneira adequada às necessidades e demandas da sociedade. Em resumo, uma ação foi eficaz quando alcançou o seu objetivo em quantidade e qualidade, eficiente quando melhor utilizou seus recursos para atingir tal fim e efetivo quando seu objetivo atendeu às necessidades de quem a demandou.

Para Caiden & Caiden (2001, 82, apud GOMES, 2009) existe no conceito de eficiência uma relação entre os insumos e os resultados, pois uma ação eficiente é aquela que utiliza o mínimo de insumos para produzir um determinado resultado ou que maximiza os resultados para um determinado nível de insumos. Dessa forma, os resultados da produtividade e dos custos devem ser utilizados na medição de eficiência de um determinado programa.

Para Baptistelli (2009, p.48) a análise da eficiência possui quatro aspectos a serem observados: os serviços prestados ou bens comercializados devem ser comparados com o seu custo (relação custo-benefício); o seu rendimento deve ser comparando com alguma referência de qualidade previamente estabelecida (*benchmark*); deve sempre haver recomendações para melhorar os rendimentos obtidos e ainda haver sempre a crítica dos resultados alcançados.

Neste contexto, Chaves (2007) diz que uma melhoria no gasto público pode decorrer da eficiência do gasto (insumos) em relação aos resultados alcançados, sempre de forma a se ter o menor custo possível gerando o máximo de resultados benéficos à sociedade. Ressalta-se que estes resultados devem também apresentar excelentes níveis de efetividade, que nada mais seria do que a relevância que cada ação do governo, que se propõe a ser eficiente, tem em relação ao alcance das reais necessidades da população ou setor afetado.

### **2.3 Métodos de Mensuração da Eficiência do Gasto Público**

Na literatura, diversos foram os trabalhos que tiveram como objetivo a mensuração da qualidade e eficiência do gasto público.

Benegas et al (2011) buscaram avaliar a eficiência técnica dos gastos com educação, assistência social e saúde dos municípios do Estado do Ceará. Para isso, utilizaram-se da metodologia *Data Envelopment Analysis* (DEA) ou Análise Envoltória de Dados, em português, orientado para o insumo. Essa metodologia,

segundo os autores, é utilizada na estimação de fronteiras de eficiência das firmas. “Ela envolve o uso de uma sequência de soluções de problemas de programação linear – uma para o estado da amostra – para elaborar superfícies de produção não paramétricas” (BENEGAS et al, 2011, p.93). O mesmo estudo apresentou também como objetivo classificar esses municípios por sua eficiência técnica e escalar assim como identificar quais foram considerados *benchmark*, ou seja, os que estão em posição de destaque na fronteira de eficiência. Como principais resultados, averiguou-se que a eficiência média, quando englobada as três funções, foi de 0,888. Porém, quando analisados de maneira isolada, foi apresentada uma eficiência média bem menor na função educação. Outro ponto importante a ser ressaltado é que 55% dos municípios estudados se apresentaram acima da fronteira de eficiência.

Almeida e Silva (2012) utilizaram conjuntamente em seu trabalho os métodos não paramétricos Data envelopment Analysis (DEA) e Free Disposal Hull (FDH) com o objetivo de mensurar a eficiência dos municípios do Rio Grande do Norte na utilização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). No modelo de Fronteira FDH, de acordo com o autor, é utilizado o conceito de dominância, onde uma firma domina a outra quando aquela apresenta um nível de indicadores de eficiência maior que esta. Como principal resultado, o trabalho indicou que somente 15 dos municípios potiguares estudados (9% do total) se apresentaram como eficiente.

Recentemente a Universidade Federal da Paraíba (2012) apresentou os resultados, através de um relatório técnico, da pesquisa “Indicadores de Desempenho dos Gastos Públicos em Educação na Paraíba”, realizada através de convênio entre o TCE-CE, a Fundação José Américo e a própria UFPB, onde o principal objetivo era o de fornecer a sistematização de um conjunto de indicadores sobre educação sobre os municípios da Paraíba. Esta pesquisa não só tornou acessíveis os indicadores já existentes como criou novos. Esses indicadores foram divididos em grupos e seus resultados podem ser apresentados por município, microrregião e mesorregião do Estado. Com esse trabalho o TCE-PB pode direcionar maiores esforços sobre os outliers, aqueles municípios que apresentaram resultados atípicos em relação aos demais. Como resultado da pesquisa, foi criado o Aplicativo “Indicadores de Desempenho dos Gastos Públicos em Educação na

Paraíba Web” (IDGPB Web), que disponibiliza consultas parametrizadas aos gestores públicos e à sociedade em geral dos resultados obtidos. Nesta pesquisa, foi utilizado o DEA conjuntamente com o método FDH, o que possibilitou o cálculo de vários indicadores de eficiência, como a eficiência técnica, alocativa, de escala e econômica. Seus principais resultados consideraram que as escolas e municípios menores tendem a ter um índice de insumo maior, pois os custos fixos são menos diluídos. O contrário também é observado. Municípios ou estabelecimentos de ensino de maior porte tendem a apresentar maiores índices de eficiência em relação aos entes de menor capacidade devido aos custos fixos, principalmente com investimentos, puderem ser mais diluídos entre as despesas per capita. Deve-se, segundo o estudo, haver um agrupamento de municípios ou escolas, visando que os mesmos possam ter sua eficiência comparada com os entes que possuem características semelhantes às suas. Verificou-se também que a qualificação do capital intelectual afeta diretamente a qualidade do gasto público em educação, pois foi detectado que quanto maior o município, inicialmente os custos médios das escolas apresentavam-se decrescentes, mas a partir de certo porte municipal estes custos começam a crescer ao longo do tempo.

Brunet et al, (2007) desenvolveram o índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP), que pondera dois outros índices: o de Bem-Estar (produto) e o de Insumo. Os autores fizeram uso do mesmo com o objetivo de mensurar a eficiência da qualidade do gasto público das vinte e sete unidades federativas do Brasil nos anos de 2003 e 2005 em cinco áreas de atuação do Governo Federal, entre elas a Função Educação. Os principais resultados da pesquisa informaram que em geral unidades que apresentaram maior gasto se mostraram menos eficientes, com menor índice de bem-estar, havendo dessa forma uma *deseconomia* de escala.

Os mesmos autores aplicaram a mesma metodologia com o objetivo de comparar os resultados de eficiência do gasto público na função educação das entidades federativas entre os anos de 2005 e 2007 através da elaboração de um ranking de eficiência relativa. Como resultado, apresentou-se que de maneira geral os Estados mais eficientes são aqueles que apresentaram menor índice de insumo. Da mesma maneira, um aumento do gasto na função educação, no caso de outros

Estados, não trouxe necessariamente um aumento no bem-estar, principalmente os da região nordeste.

Borges (2012) também fez uso da metodologia IQGP com o objetivo de analisar a qualidade do gasto público em educação e saúde das microrregiões do estado de Goiás no ano de 2012. Para isso, comparou os resultados obtidos na pesquisa com os resultados de outros trabalhos que utilizaram o mesmo índice. Concluiu que um aumento na despesa *per capita* em determinada função não gera necessariamente um retorno proporcional no que tange aos indicadores sociais.

Borges (2010) relata que o IQGP reflete o retorno social, com a utilização de indicadores, das despesas *per capita* realizadas pelos entes públicos. Em seu trabalho, estabeleceu uma hierarquia das microrregiões do Rio Grande do Sul em termos de qualidade do gasto público das mesmas nas funções de Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo e de Saúde e Saneamento. Também observou, assim como em outros trabalhos a presença de deseconomias de escala. Para tanto, foram utilizados indicadores sociais para a função educação como percentual de adolescentes com acesso ao ensino, média de anos de estudo, taxa de alfabetização e taxa bruta de frequência escolar.

Baptistelli (2009) elaborou um ranking de qualidade do gasto público dos municípios mineiros através da metodologia do IQGP. Neles foram utilizados como indicadores de desempenho ou resultados as taxas de aprovação e rendimento escolar e notas da Prova Brasil, bem como resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Silveira e Teixeira (2012) buscaram investigar a relação entre o gasto público com educação nos municípios do Estado do Espírito Santo e o rendimento escolar dos alunos da rede municipal utilizando o método de análise de Dados em Painel, onde se pode fazer um agrupamento de períodos ao longo do tempo, neste caso os anos de 2005, 2007 e 2009. Utilizou-se como variável dependente e independente a média das notas dos alunos e o gasto *per capita* em educação, respectivamente. No trabalho, chegou-se à conclusão que não é estatisticamente significativa a relação entre o aumento dos gastos em educação com o desempenho dos alunos.

No quadro 1, ilustra-se um resumo de alguns trabalhos apresentados na literatura sobre a mensuração da eficiência do gasto público com educação.

**Quadro 1: Principais variáveis de insumo e produto e técnicas utilizadas na avaliação da eficiência dos gastos em educação**

AUTOR	AMOSTRA	INSUMO	PRODUTO	TÉCNICA	RESULTADOS
Benegas et al, (2011)	67 municípios do Ceará (36% do total)	Despesa <i>per capita</i> por função	Nº de escolas, taxa de alfabetização, taxa de escolarização,	DEA	55% dos municípios estão sobre a fronteira de eficiência relativa
Almeida e Silva (2012)	167 municípios do Rio Grande do Norte	Recurso do FUNDEF	Nº de escolas, alunos matriculados, professores, salas de aula, nota da Prova Brasil	DEA / FDH	Somente 15 municípios classificados como eficientes
UFPB (2012)	223 municípios da Paraíba	42 indicadores de despesa	293 indicadores de desempenho	DEA / FDH	Escolas e municípios menores tendem a ter um índice de insumo maior, pois os custos fixos são menos diluídos. Necessidade de agrupar municípios /escolas semelhantes. Capital intelectual dos professores e pais afeta diretamente a qualidade do gasto.
Brunet et al, (2007)	27 Estados brasileiros	Despesa <i>per capita</i> em Educação	Taxa de abandono escolar, de aprovação, de distorção idade/série, e de defasagem escolar	IQGP	Rio Grande do Sul foi o mais eficiente (região Sul a mais eficiente). O Acre foi o mais ineficiente. Elevado índice de insumo em São Paulo e Distrito Federal, mas com baixo nível de bem-estar.
Borges (2012)	205 municípios do Goiás (83% do total)	Despesa <i>per capita</i> em Educação	Taxas de aprovação, notas da Prova Brasil e IDEB	IQGP	Aumento na despesa <i>per capita</i> em determinada função não gere necessariamente um retorno proporcional no que tange aos indicadores sociais
Borges (2010)	35 microrregiões do Rio Grande do Sul	Média da despesa <i>per capita</i> em Educação no período de 5 anos	Percentual de crianças na escola por faixa etária, média de anos de estudo, taxa de frequência escolar e de alfabetização	IQGP	Forte presença de deseconomia de escala. Maior parte das microrregiões abaixo da fronteira de eficiência
Baptistelli (2009)	853 municípios das Minas Gerais	Despesa <i>per capita</i> em Educação	Taxas de aprovação, rendimento escolar, notas da Prova Brasil e IDEB	IQGP	Municípios com menor despesa <i>per capita</i> são os que apresentaram, em geral, melhor eficiência no gasto

Silveira e Teixeira (2012)	78 municípios do Espírito Santo	Despesa <i>per capita</i> em Educação	Notas de Matemática e Português na 8ª série (9º ano) do ensino fundamental	Dados em Painel	Não é estatisticamente significativo explicar o aumento dos gastos em educação com o desempenho dos alunos
----------------------------	---------------------------------	---------------------------------------	--	-----------------	--

Fonte: Adaptado de Arvate et al (2011, p. 16)

Considerando o exposto, ver-se que são várias as metodologias utilizadas na literatura para a mensuração da eficiência de uma unidade produtiva ponderando o insumo utilizado e o resultado obtido na produção. Em relação ao DEA, Benegas et al (2011) acrescenta que:

O emprego da metodologia DEA para mensurar eficiência pode ser descrito em três passos, sendo o primeiro a seleção das DMUs<sup>1</sup> que comporão a base a ser analisada; segundo a escolha das variáveis, inputs e outputs, que são de enorme relevância para estabelecer o nível de eficiência relativa das DMUs selecionadas – no primeiro passo; e, por fim, a escolha do modelo DEA que melhor se aplica ao estudo em voga, haja vista que existem modelos com maior ou menor nível de sofisticação. (BENEGAS et al, 2011, p.96).

Dessa forma, no DEA são identificadas as DMUs que são *benchmark*<sup>2</sup>, ou seja, possuem eficiência técnica superior as demais, através da visualização gráfica de uma fronteira de eficiência. Além disso, no DEA ao escolher quais os insumos e os produtos a serem utilizados, se está predefinindo os que serão eficientes e ineficientes, tornando o ranking altamente sensível a essa escolha. Já na FDH, as unidades são consideradas mais eficientes tanto quanto mais outras unidades elas dominarem, onde “dominar” significa ser mais eficiente, seja sua orientação pelo produto ou pelo insumo. Ver-se também que para pesquisas onde há cortes temporais a metodologia de Dados em Painel se apresenta como uma prática opção de utilização.

Desta forma, levando em consideração que a presente pesquisa busca resultados parcimoniosos, ou seja, que trazem análises mais diretas, bem como a possibilidade de futuras comparações com resultados obtidos em trabalhos realizados recentemente objetivando a medição da eficiência dos municípios da

<sup>1</sup> Decision Making Units (Unidades Tomadoras de Decisão)

<sup>2</sup> Referência.

Paraíba nos gastos com educação com diferentes metodologias, foi escolhido para esta pesquisa o método do IQGP em detrimento dos outros utilizados na literatura.

### CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa para que os seus objetivos propostos sejam alcançados.

Primeiramente, esta pesquisa pode ser definida como sendo aplicada, pois segundo Silva e Menezes (2001), este tipo de pesquisa tem como objetivo gerar conhecimentos e soluções potenciais para serem aplicados na prática. Já quanto à forma de abordar o problema essa pesquisa é classificada como quantitativa, pois os mesmos autores indicam que neste tipo de pesquisa as informações podem ser quantificadas, traduzidas em números, para classificá-las e analisá-las, necessitando de técnicas estatísticas.

O Estado da Paraíba possui duzentos e vinte e três municípios, sendo que somente duzentos e dezesseis puderam ser analisados. Cinco<sup>3</sup> municípios foram retirados da pesquisa por falta de dados para os indicadores sociais e dois municípios<sup>4</sup> por falta de informações sobre a despesa. Além dos municípios, a Paraíba possui vinte e três microrregiões, sendo todas analisadas.

Os dados foram coletados via documentação indireta, que segundo Silva e Menezes (2001) é realizada através de pesquisa documental, pois os dados se encontram disponíveis em órgãos públicos, privados e de pesquisas técnicas e científicas. Dessa forma, todos os dados serão secundário. Ressalta-se ainda que o período estudado foi o ano de 2010. Na Tabela 02 seguem as principais fontes de coleta de cada informação a ser utilizada na pesquisa:

Quanto à interpretação e análise dos dados proveniente da pesquisa serão utilizadas tabelas, gráfico e figuras, bem como análise dissertativa.

---

<sup>3</sup> Coxixola, Parari, São João do Cariri, São José dos Cordeiros e Zabelê.

<sup>4</sup> Santa Inês e São José de Piranhas.

**Tabela 1: Informações coletadas e fonte de coleta**

Taxa de Aprovação - 1ª a 4ª Série/1º a 5º Ano (2010)	Fonte
Taxa de Aprovação - 5ª a 8ª Série/ 6º ao 9º Ano (2010)	INEP
Taxa de Reprovação - 1ª a 4ª Série/1º a 5º Ano (2010)	INEP
Taxa de Reprovação - 5ª a 8ª Série/ 6º ao 9º Ano (2010)	INEP
Taxa de Abandono - 1ª a 4ª Série/1º a 5º Ano (2010)	INEP
Taxa de Abandono - 5ª a 8ª Série/ 6º ao 9º Ano (2010)	INEP
Taxa de Distorção Idade-Série - 1ª a 8ª série/1º ao 9º Ano (2010)	INEP
Número médio de Horas-Aula Diária no Ensino Fundamental - 8 e 9 anos (2010)	INEP
Número médio de Alunos por Turma - 1ª a 8ª série/1º ao 9º Ano (2010)	INEP
Gasto educacional por aluno do ensino fundamental (2010)	FNDE/SIOPE

**Fonte: Elaborada pelo autor**

### 3.1 Índice de Qualidade do Gasto Público

O índice de Qualidade do Gasto Público foi desenvolvido por uma equipe de pesquisadores<sup>5</sup> com o objetivo de medir a atuação dos Governos nas principais esferas de atuação, como educação, segurança e saúde, através da comparação das despesas realizadas com o retorno obtido pela população<sup>6</sup>.

#### 3.1.1 Metodologia do Cálculo

Conceitualmente, O IQGP busca representar resultado da relação do nível de bem-estar de uma sociedade de difícil definição e mensuração com a quantidade de despesa utilizada para alcançar este bem-estar. Este índice envolve dificuldades relativas à existência de efeitos sinérgicos entre diferentes despesas, assim como,

<sup>5</sup> BRUNET, Julio Francisco Gregory; BERTE, Ana Maria de Aveline e BORGES, Clayton Brito. Estudo Comparativo das Despesas Públicas dos Estados Brasileiros: um índice de qualidade do gasto público. Brasília: ESAF, 2007.

<sup>6</sup> O índice foi apresentado em uma monografia premiada com o terceiro lugar no XII Prêmio Tesouro Nacional – 2007, no tema Qualidade do Gasto Público.

quanto a diferentes aspectos territoriais, com cultura, ambiente geográfico, condições sociais e econômicas previamente existentes, que afetam os impactos destas despesas. O IQGP pode ser representado conforme abaixo.

$$IQGP = \frac{\text{Nível de Bem-Estar}}{\text{Quantidade de despesa}} \quad (1)$$

Para o cálculo numérico do IQGP se faz necessário a conversão desses dois parâmetros em outros dois índices: o Índice de Bem-Estar (Resultado) e o Índice de insumo ou Despesa.

$$IQGP = \frac{\text{Índice de Bem-Estar}}{\text{Índice de insumo}} \quad (2)$$

O Índice de Bem-Estar se dá através da ponderação de indicadores sociais de resultado de uma determinada função atribuída ao Governo. No caso desta pesquisa, serão utilizados indicadores sociais de resultados para a área da educação municipal.

Para a obtenção deste índice se faz necessário o uso do tratamento estatístico chamado escore padronizado. Pela simplicidade e transparência da escolha será atribuído o mesmo peso a cada indicador (BRUNET et al, 2007).

O escore padronizado é obtido através da subtração do escore bruto e a sua média num conjunto de resultados dividido pelo desvio padrão deste conjunto:

$$EP = \frac{EB - M}{DP} \quad (3)$$

Onde,

EP = Escore Padronizado

EB = Escore Bruto

M = Média

DP = Desvio padrão

Logo, o Índice de Bem-Estar de um determinado município é:

$$\text{Índice de Bem-Estar} = \frac{\left[ \frac{(EB_1 - M_1)}{DP_1} \right] + \left[ \frac{(EB_2 - M_2)}{DP_2} \right] + \dots + \left[ \frac{(EB_n - M_n)}{DP_n} \right]}{n} \quad (4)$$

Ou seja.

$$\text{Índice de Bem-Estar} = \left[ \sum_{i=1}^n (EB_i - M_i) / DP_i \right] n^{-1} \quad (5)$$

Onde,

EB = é o escore bruto de um indicador social da função educação selecionado para um determinado município;

M = é a média dos escores brutos de um indicador social da função educação selecionado para um determinado município;

DP = é o desvio padrão dos escores brutos de um indicador social da função educação selecionado para um determinado município;

n = é o número total de indicadores selecionado.

É pertinente se ater no fato de que para indicadores positivos, como por exemplo, taxa de aprovação escolar, quanto maior for o valor de um resultado do indicador melhor. Já para indicadores negativos, como a taxa de reprovação escolar, quanto menor for o valor melhor. Desta forma, este indicador terá sinal negativo.

Para a obtenção do Índice de insumos será utilizada a ponderação da despesa *per capita*, conforme a equação abaixo:

$$\text{Índice de Insumo} = \left[ \left( \frac{DT}{POP} \right) - M \right] / DP \quad (6)$$

Onde,

DT = é a despesa total efetuada na função educação no município ou microrregião;

POP = é o total alunos matriculados no município ou microrregião;

M = é a média da despesa *per capita* em educação de todos os municípios ou microrregiões;

DP = é o desvio padrão da despesa *per capita* em educação de todos os municípios ou microrregiões;

Portanto, temos a equação do IQGP:

$$IQGP = \frac{[\sum_{i=1}^{i=n} (EB_i - M_i) / DP_i] n^{-1}}{\left[ \left( \frac{DT}{POP} \right) - M \right] / DP} \quad (7)$$

Sendo assim, o IQGP informa de maneira básica o quanto há de retorno em unidades de bem-estar social na educação, no caso do presente estudo, para a população de determinado município ou microrregião por unidade de insumo utilizado ou de despesa gasta.

Segundo Brunet (et al, 2007) as principais vantagens na utilização desta metodologia são a facilidade de construção do índice e a possibilidade de interpretação dos resultados através de simples comparação entre as unidades pesquisadas. Assim sendo, quanto maior for o Índice de Bem-Estar, melhores serão os indicadores sociais de resultado de uma determinada unidade federativa. Já quando ao Índice de insumo, quanto menor este for menor terá sido a despesa *per capita* realizada. Estes são os dois resultados esperados para o alcance da eficiência do gasto público. Quando os resultados são inversos, a ineficiência do gasto público será a maior possível.

Para que essa comparação de resultados seja mais facilmente apresentada, Borges (2010) acrescentou uma metodologia em que é dada uma pontuação para cada posição dentro da hierarquia das microrregiões, podendo a mesma ser utilizada para os municípios. No exemplo abaixo, visualizamos como ficaria esta pontuação para os municípios da Paraíba.

**Tabela 2: Sistema de pontuação para os municípios**

Posição	Pontuação do Índice de Bem-Estar (Quanto maior melhor)	Pontuação do Índice de insumo (Quanto menor melhor)
1°	216	1
2°	215	2
3°	214	3
4°	213	4
...	...	...
216°	1	216

Fonte: Adaptado de Borges (2010, p.47)

Entendendo melhor a metodologia, vamos supor três resultados fictícios:

- Município A – 2° colocado no Índice de Bem-Estar (215 pontos) e 19° no Índice de insumos (19 pontos).  $IQPG=215/19 = 11,3157$
- Município B – 88° colocado no Índice de Bem-Estar (129 pontos) e 143° no Índice de insumos (143 pontos).  $IQPG=129/143 = 0,9020$
- Município C – 10° colocado no Índice de Bem-Estar (207 pontos) e 89° no Índice de insumos (89 pontos).  $IQPG=207/89 = 2,3258$

Os resultados mostram que o Município A apresenta o melhor resultado possível, dado que em ambos os índices ele apresentou os melhores indicadores. Já Município B apresentou os piores resultados em ambos os índices, o que demonstra, comparativamente, que há baixa qualidade no gasto público nesta administração. O Município C apresentou resultados que o deixou numa posição intermediária no ranking, pois apesar de se encontrar entre os 10 municípios que obtiveram os melhores resultados dos indicadores sociais, também se encontra entre os 50% dos municípios que mais utilizaram dos gastos públicos para alcançar seus resultados.

Dessa maneira, quanto maior for o resultado do IQGP maior é o retorno do financiamento dos gastos públicos naquele município, comparado aos outros do mesmo Estado. Brunet (et al, 2007) alerta apenas para a cautela que se deve ter ao

realizar essas comparações, pois isoladamente, sem a utilização de outros instrumentais, não se pode afirmar categoricamente que resultados maiores de IQGP refletem necessariamente em melhor qualidade de vida e bem-estar social de uma população, pois há diversas variáveis externas que não são captadas por um único instrumento de mensuração.

Da mesma forma, para a formação do Ranking das microrregiões será utilizado sistema de pontuação análoga a dos municípios, com a pontuação variando de 1 a 23.

**Tabela 2: Sistema de pontuação para as microrregiões**

Posição	Pontuação do Índice de Bem-Estar (Quanto maior melhor)	Pontuação do Índice de insumo (Quanto menor melhor)
1°	23	1
2°	22	2
3°	21	3
4°	20	4
...	...	...
23°	1	23

Fonte: Adaptado de Borges (2010, p.47)

### 3.1.2 Escolha dos indicadores

Atualmente são encontrados no Brasil diversos estudos e pesquisas sobre estatísticas sociais diversas. Organizações como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através de pesquisas como o Censo, realizado a cada dez anos, e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de periodicidade anual, o INEP, através das Sinopses Estatísticas da Educação Básica, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do Atlas de Desenvolvimento Humano, entre outros órgãos públicos ou da sociedade civil que disponibilizam informações diversas.

Para o estudo em questão serão utilizados como base para escolha dos indicadores sociais da educação os indicadores utilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Foram escolhidos nove indicadores municipais em educação a serem utilizados no cálculo do Índice de Bem-Estar:

- Taxa de Aprovação - 1ª a 4ª Série/1º a 5º Ano
- Taxa de Aprovação - 5ª a 8ª Série/ 6º ao 9º Ano
- Taxa de Reprovação - 1ª a 4ª Série/1º a 5º Ano
- Taxa de Reprovação - 5ª a 8ª Série/ 6º ao 9º Ano
- Taxa de Abandono - 1ª a 4ª Série/1º a 5º Ano
- Taxa de Abandono - 5ª a 8ª Série/ 6º ao 9º Ano
- Taxa de Distorção Idade-Série - 1ª a 8ª série/1º ao 9º Ano
- Número médio de Horas-Aula Diária no Ensino Fundamental - 8 e 9 anos
- Número médio de Alunos por Turma - 1ª a 8ª série/1º ao 9º Ano

As taxas de reprovação, abandono e distorção idade-série foram consideradas neste estudo como indicadores negativos. Desta forma, quanto menor forem melhor será seu desempenho.

Para o cálculo do índice de insumo com educação por município foram consultados os dados fornecidos pelo Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), sistema eletrônico, operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado para coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O principal objetivo do SIOPE é levar ao conhecimento da sociedade o quanto as três esferas de governo investem efetivamente em educação no Brasil, fortalecendo, assim, os mecanismos de controle social dos gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Dessa forma, este sistema contribui para garantir maior efetividade e eficácia das despesas públicas em educação e, em última instância, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade pelo Estado. (AQUINO et al, 2011, p.6)

Neste sistema se encontram diversos indicadores, sendo um deles o Gasto educacional por aluno do ensino fundamental por município, cujo objetivo é dimensionar o gasto educacional médio por aluno no ensino fundamental através da ponderação entre a despesa realizada com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) no âmbito do ensino fundamental pelo número total de alunos matriculados no ensino fundamental num determinado município. As despesas classificadas como de MDE estão enumeradas no artigo 70 da Lei nº 9.394 [BRASIL, 1996], de 20 de dezembro de 1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

### 3.1.3 Limitações da pesquisa

Como toda pesquisa acadêmica a utilização da metodologia do IQGP na mensuração da qualidade do gasto público em educação também apresenta limitações. Vaz (1995, apud JUBRAN, 2006) esclarece que para estabelecer critérios de avaliação de desempenho da gestão municipal é preciso levar em consideração a

capacidade que a mesma tem de promover a melhoria na qualidade de vida da sua população. Indicadores de resultado podem não distinguir o que foi conseguido realmente a partir das ações do gestor municipal e o que foi conseguido, por exemplo, através de ações de outros atores sociais, como entidades filantrópicas, governos de outras esferas, além dos benefícios que o próprio crescimento econômico podem trazer consigo. Além disso, “heranças” de governos anteriores como a não manutenção da frota de ônibus escolar e dos equipamentos utilizados nos estabelecimentos de ensino, endividamentos, déficit em contratações de profissionais entre outras situações podem acarretar um alto índice de despesa, devido ao maior nível de necessidade de gasto, da nova gestão que assumiu posteriormente.

Desta forma, apresentam-se como principais limitações desta pesquisa: a impossibilidade de se confirmar o quanto dos resultados apresentados nos indicadores sociais que serão utilizados é proveniente de ações da Administração Pública do Município; o fato da análise ser efetuada em um corte no tempo (o ano de 2010), o que inviabiliza a análise do comportamento histórico do índice; a impossibilidade de mensurar aspectos externos à atuação do Governo Municipal que influenciam no desenvolvimento econômico de uma região; e o fato de que os resultados não serão os mais atualizados, pois muitos dos dados necessários para o cálculo do Índice só estarem disponíveis até o ano de 2010.

Mesmo considerando as limitações, este estudo poderá servir de base para os gestores municipais e estaduais formarem suas políticas públicas de educação para os próximos exercícios financeiros, além de auxiliar a sociedade civil na fiscalização do uso dos recursos públicos de seu município.

## CAPÍTULO 4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados, analisados e discutidos os principais resultados encontrados após o cálculo do IQGP para os municípios e microrregiões da Paraíba, levando-se em consideração a classificação e hierarquização destas unidades conforme a eficiência do gasto público na função educação, mas precisamente no ensino fundamental.

É válido ressaltar que o IQGP não se trata de uma simples divisão entre dois índices (insumo e bem-estar), mas sim uma relação entre um e outro, permitindo a aferição do quanto um município obteve de retorno considerando o quanto foi utilizado em termos de gasto na função avaliada. Desta forma, no caso desta pesquisa, quanto maior for o IQGP maior terá sido o retorno que a aplicação dos insumos trouxe para a área da educação no ensino fundamental.

### 6.1 Análises dos Resultados por Municípios

Depois de calculados os índices de insumo e de bem-estar de cada município, ambos foram ponderados, encontrando assim o IQGP de cada unidade. A média do IQGP dos municípios paraibanos pesquisados foi de 2,435 e o seu desvio padrão de 5,573. O maior e o menor IQGP encontrados, respectivamente, foram os dos municípios de Brejo da Cruz (52,6667), na microrregião de Catolé do Rocha, e Logradouro (0,0102), na microrregião de Guarabira. Apenas em quarenta e um municípios (19% dos pesquisados) identificou-se um IQGP maior que a média geral.

No quadro 02 se apresentam os índices de despesa, de bem-estar e o IQGP dos quinze melhores e piores municípios estudados. A lista completa se encontra no anexo C.

Os dez municípios que menos aplicaram recursos ou insumos foram, na ordem, Barra de São Miguel, Pocinhos, Brejo da Cruz, Olho d'Água, Juazeirinho, Alagoinha, Picuí, Lagoa Seca, Capim e São Bento. Já os que apresentaram maior despesa *per capita* foram, na ordem, Mato Grosso, Serra da Raiz, Nova Olinda, Santarém, Ouro Velho, São João do Rio do Peixe, São José de Princesa, Santa Cruz, João Pessoa e Carrapateira.

**Quadro 2: Resultados do IQGP dos quinze melhores e piores municípios**

Ranking IQGP	MUNICÍPIO	Índice de insumo (lis)	Ranking llns	Pontos llns (A)	Índice de Bem-Estar (IBE)	Ranking IBE	Pontos IBE (B)	IQGP (B / A)
1	Brejo do Cruz	-1,32	3	3	0,34	59	158	52,6667
2	Pocinhos	-1,38	2	2	-0,12	131	86	43,0000
3	Picuí	-1,20	7	7	0,72	21	196	28,0000
4	Olho d'Água	-1,31	4	4	-0,15	136	81	20,2500
5	Lagoa Seca	-1,19	8	8	0,13	87	130	16,2500
6	Esperança	-1,09	14	14	1,30	4	213	15,2143
7	Alagoinha	-1,26	6	6	-0,13	132	85	14,1667
8	Araruna	-1,09	15	15	0,56	35	182	12,1333
9	Dona Inês	-1,05	18	18	1,32	3	214	11,8889
10	Montadas	-1,16	11	11	0,11	95	122	11,0909
11	Água Branca	-1,00	20	20	0,94	11	206	10,3000
12	Imaculada	-1,05	17	17	0,26	69	148	8,7059
13	Barra de São Miguel	-1,39	1	1	-1,11	209	8	8,0000
14	Capim	-1,16	9	9	-0,22	146	71	7,8889
15	Paulista	-0,92	29	29	0,89	13	204	7,0345
...	...	...	...	...	...	...	...	...
202	Riachão do Bacamarte	0,10	141	141	-0,73	196	21	0,1489
203	Uiraúna	0,74	183	183	-0,68	190	27	0,1475
204	Boa Ventura	-0,17	113	113	-0,81	203	14	0,1239
205	São João do Rio do Peixe	3,09	211	211	-0,71	193	24	0,1137
206	Poço Dantas	0,62	177	177	-0,74	197	20	0,1130
207	Araçagi	-0,22	108	108	-0,88	205	12	0,1111
208	Alagoa Grande	-0,42	84	84	-1,11	208	9	0,1071
209	Santa Rita	-0,07	125	125	-0,82	204	13	0,1040
210	São Bento	-1,16	10	10	-1,42	216	1	0,1000
211	Coremas	-0,31	93	93	-1,23	211	6	0,0645
212	Mato Grosso	4,46	216	216	-0,88	206	11	0,0509
213	Marcação	-0,27	98	98	-1,29	214	3	0,0306
214	Monte Horebe	0,61	176	176	-1,27	212	5	0,0284
215	Nova Olinda	3,85	214	214	-1,28	213	4	0,0187
216	Logradouro	1,28	197	197	-1,36	215	2	0,0102

Fonte: Elaborada pelo autor

No que tange ao índice de bem-estar, os melhores resultados foram alcançados pelos seguintes municípios, na ordem, Patos, Monteiro, Dona Inês, Esperança, Várzea, Santa Teresinha, Frei Martinho, Serra da Raiz, Cabaceiras e Areal. Os municípios que menos trouxeram retornos de bem-estar na função

educação, segundo o IQGP, foram, na ordem, São Bento, Logradouro, Marcação, Nova Olinda, Monte Horebe, Coremas, Tenório, Barra de São Miguel, Alagoa Grande e São José da Lagoa Tapada.

Já no IQGP, que pondera os resultados dos índices de insumo e de bem-estar, os municípios mais eficientes em relação à quantidade de gasto por resultados de desempenho na educação do ensino fundamental foram, na ordem, Brejo da Cruz, Pocinhos, Picuí, Olho d'Água, Lagoa Seca, Esperança, Alagoinha, Araruna, Dona Inês e Montadas. Já os menos eficientes, segundo a metodologia do IQGP, foram, na ordem, Logradouro, Nova Olinda, Monte Horebe, Marcação, Mato Grosso, Coremas, São Bento, Santa Rita, Alagoa Grande e Araçagi.

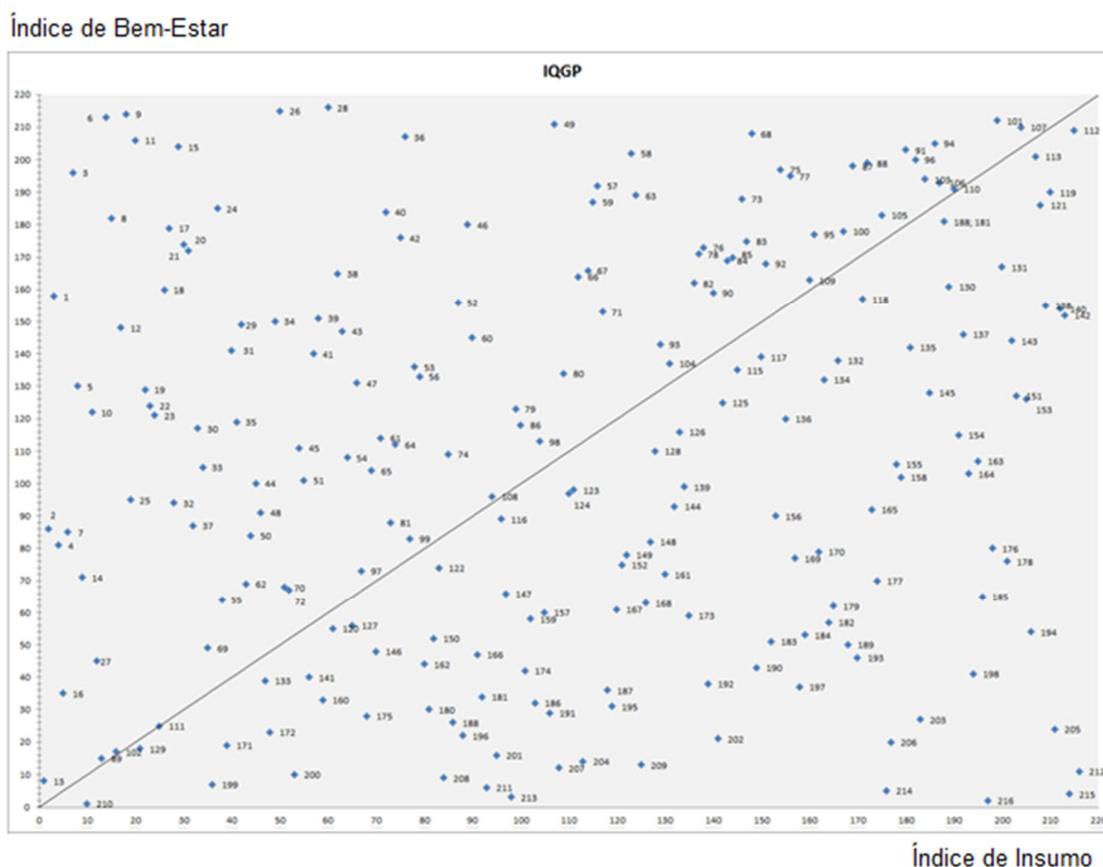
Numa análise preliminar, verifica-se que todos os municípios que ficaram entre os dez mais eficientes em relação ao gasto com educação, de acordo com o IQGP, estão entre os dezoito melhores municípios no que diz respeito aos resultados do índice de insumo. Porém, estes mesmos municípios não apresentaram efetivamente os melhores níveis de bem-estar. Somente dois deles ficaram entre os trinta e quatro primeiros colocados no ranking do índice de bem-estar. Foram eles Esperança (quarto colocado) e Dona Inês (terceiro colocado). Três dos municípios, Pocinhos, Olho d'Água e Alagoinha, não ficaram sequer entre os cinquenta por cento melhores municípios no ranking de bem-estar. Isto demonstra que mesmo obtendo desempenho dos indicadores educacionais menos expressivos, esses municípios conseguiram sua eficiência relativa baseado no menor nível de gasto.

Focando essa questão do gasto, verificou-se que nenhum dos dez municípios com maior despesa *per capita* na função educação figurou entre os cinquenta por cento dos municípios com melhores IQGP. Isto indica a possibilidade de existir deseconomia de escala. Ou seja, um aumento do gasto em educação não está trazendo necessariamente um aumento nos resultados esperados para tal função.

Para uma melhor visualização do IQGP dos municípios pesquisados, apresentam-se no gráfico 1 as posições que se encontram os municípios paraibanos em relação à fronteira de eficiência. Quanto maior for o valor do bem-estar e menor o do insumo, mais eficiente é o município. Os entes que tocam a fronteira apresentam eficiência igual a um. Dessa forma, para cada unidade de gasto há uma unidade de retorno. Os municípios acima da fronteira são os mais eficientes e os

que estão abaixo os que apresentam menor eficiência relativa. Cento e onze municípios apresentaram IQGP maior ou igual a um (cerca de cinquenta e um por cento do total) e cento e cinco (cerca de quarenta e nove por cento) apresentaram IQGP abaixo da fronteira de eficiência.

**Gráfico 1: Gráfico da fronteira de eficiência do IQGP para os municípios**

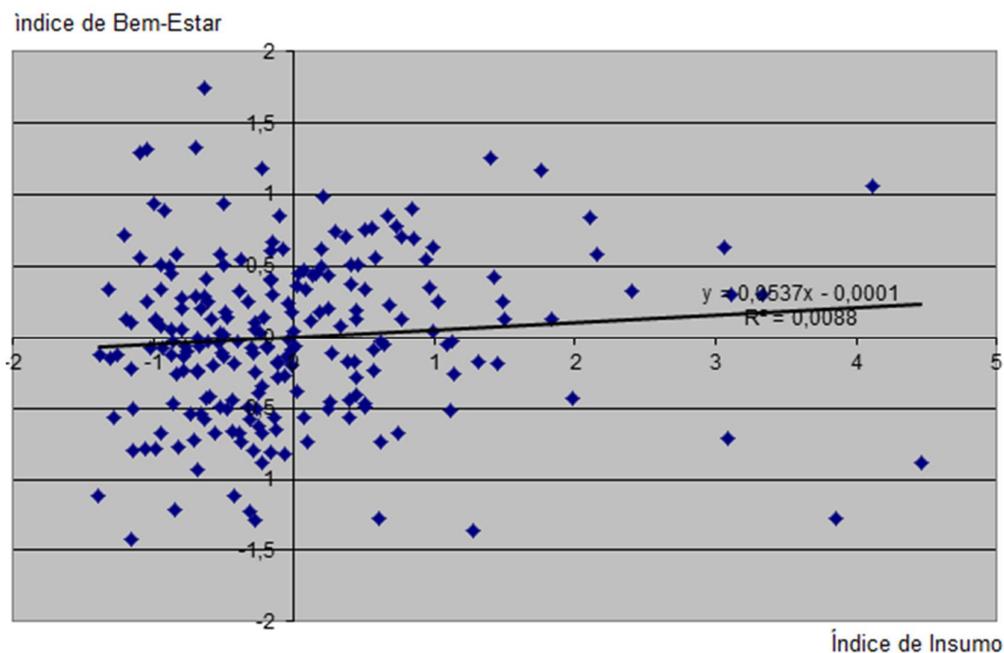


Fonte: Elaboração do autor

Também foi traçada a regressão linear do IQGP de todos os municípios, onde visualmente se pode verificar que índice de insumo parece não apresentar correlação direta com o índice de bem-estar para o conjunto total de municípios. Segundo Gujarati (2006), esta análise da correlação em uma regressão tem como objetivo medir o grau ou a força de associação linear entre as variáveis utilizadas. O resultado apresentado provavelmente se deve ao fato da metodologia do IQGP não levar em consideração algumas características de cada município, como número de

alunos matriculados, porte econômico e diferenciação entre os gastos com pessoal, com investimento e outros correntes. No gráfico 2, podemos visualizar esta análise.

**Gráfico 2: Dispersão dos IQGP dos municípios**



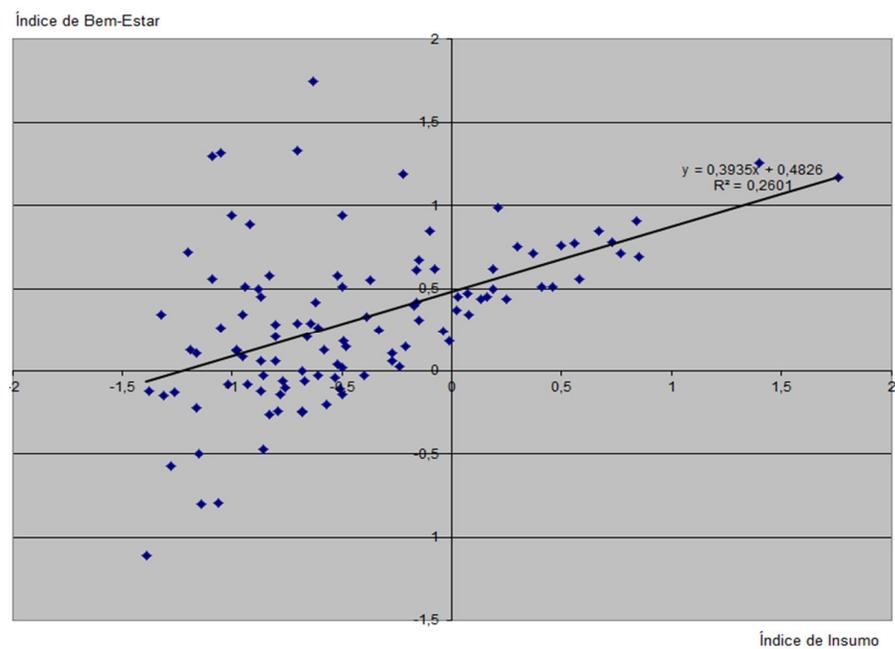
**Fonte:** Elaboração do autor

Visando averiguar mais a fundo esta ausência de correlação das variáveis foi traçada a regressão linear dos primeiros cento e oito municípios do ranking do IQGP, correspondente a cinquenta por cento deste, bem como dos outros municípios que compuseram a metade inferior do ranking.

Após uma breve visualização, percebe-se que há uma correlação positiva entre as variáveis de insumo e bem-estar. Ou seja, na medida em que se agrupam os municípios por resultados do IQGP temos uma melhora na associação linear entre as variáveis estudadas. Outro dado a ser ressaltado é que em todas as regressões a variância não é constante, o que indica que nem todos os valores da variável bem-estar que correspondem aos valores da variável insumo serão igualmente confiáveis, pois esta confiabilidade pode ser avaliada pela distância ou proximidade em que o índice de bem-estar de cada município se aproxima da média.

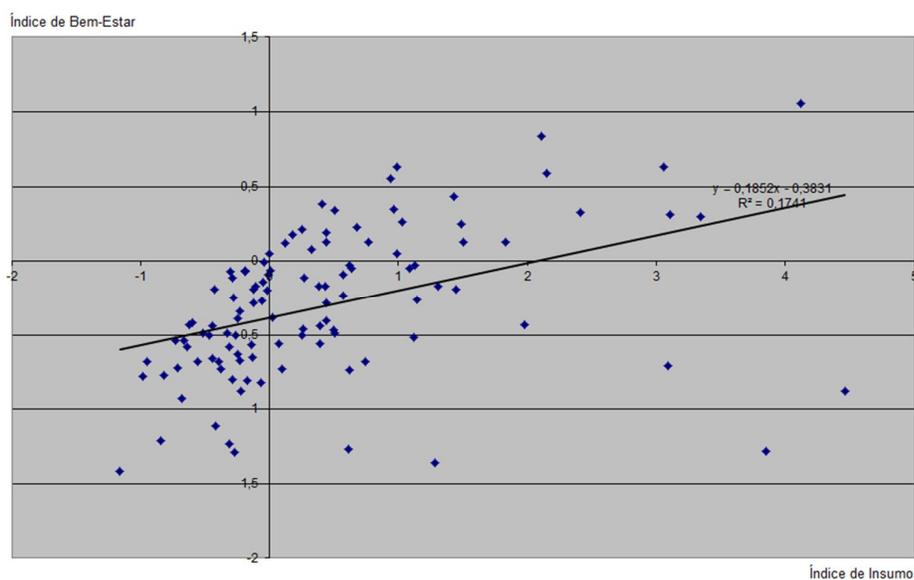
Nos gráficos 3 e 4 as percepções acima mencionadas podem ser melhor observadas.

**Gráfico 3: Dispersão dos 50% melhores IQGP dos municípios**



Fonte: Elaboração do autor

**Gráfico 4: Dispersão dos 50% piores IQGP dos municípios**



Fonte: Elaboração do autor

## 6.2 Análises dos Resultados por Microrregiões

Para o cálculo do IQGP das microrregiões paraibanas foi considerado a média das despesas *per capita* e dos indicadores de desempenho dos seus municípios. Dessa maneira, o índice de insumo apresentou média de 2,2763 e desvio padrão de 3,8749. O maior IQGP encontrado foi o da microrregião do Brejo Paraibano (18,00) e o menor foi o da microrregião do Seridó. Em apenas quatro microrregiões (17% das pesquisadas) identificou-se um IQGP maior que a média geral.

No quadro 3 são apresentados os índices de despesa, de bem-estar e o IQGP das microrregiões paraibanas.

**Quadro 3: Resultados do IQGP por microrregiões**

Ranking	MICROREGIÕES	Índice de insumo (Iis)	Ranking IIs	Pontos IIs (A)	Índice de Bem-Estar (IBE)	Ranking IBE	Pontos IBE (B)	IQGP (B / A)
1	Brejo Paraibano	-0,1724	1	1	0,0867	6	18	18,0000
2	Cajazeiras	0,1534	2	2	0,0833	7	17	8,5000
3	Cariri Oriental	-0,4522	5	5	0,1262	5	19	3,8000
4	Campina Grande	-1,0732	3	3	0,0220	13	11	3,6667
5	Guarabira	-0,7041	10	10	0,1435	3	21	2,1000
6	Catolé do Rocha	1,2032	6	6	0,0225	12	12	2,0000
7	Itaporanga	0,5704	12	12	0,2991	2	22	1,8333
8	Curimataú Oriental	-1,5439	8	8	0,0503	10	14	1,7500
9	Curimataú Ocidental	-0,4543	7	7	-0,0003	14	10	1,4286
10	Cariri Ocidental	-0,5196	4	4	-0,0904	19	5	1,2500
11	Seridó Oriental	0,8836	20	20	0,5413	1	23	1,1500
12	Patos	-0,2909	16	16	0,0690	8	16	1,0000
13	Litoral Sul	-1,4602	15	15	0,0511	9	15	1,0000
14	João Pessoa	-0,8280	13	13	0,0372	11	13	1,0000
15	Esperança	-0,7857	9	9	-0,0154	15	9	1,0000

16	Sousa	-0,2084	22	22	0,1279	4	20	0,9091
17	Itabaiana	-0,8166	11	11	-0,0662	18	6	0,5455
18	Litoral Norte	1,5772	14	14	-0,0574	17	7	0,5000
19	Serra de Teixeira	0,5915	21	21	-0,0503	16	8	0,3810
20	Piancó	-0,1160	17	17	-0,1043	20	4	0,2353
21	Sapé	0,7847	18	18	-0,1625	21	3	0,1667
22	Umbuzeiro	1,4564	23	23	-0,5478	22	2	0,0870
23	Seridó Ocidental	2,2053	19	19	-0,5655	23	1	0,0526

Fonte: Elaboração do autor

Considerando somente o índice de insumo, as cinco microrregiões melhores ranqueadas foram a do Brejo Paraibano, Cajazeiras, Campina Grande, Cariri Ocidental e Cariri Oriental. Já os que apresentaram maior despesa *per capita* foram a do Umbuzeiro, Sousa, Serra de Teixeira, Seridó Oriental, Seridó Ocidental e Sapé.

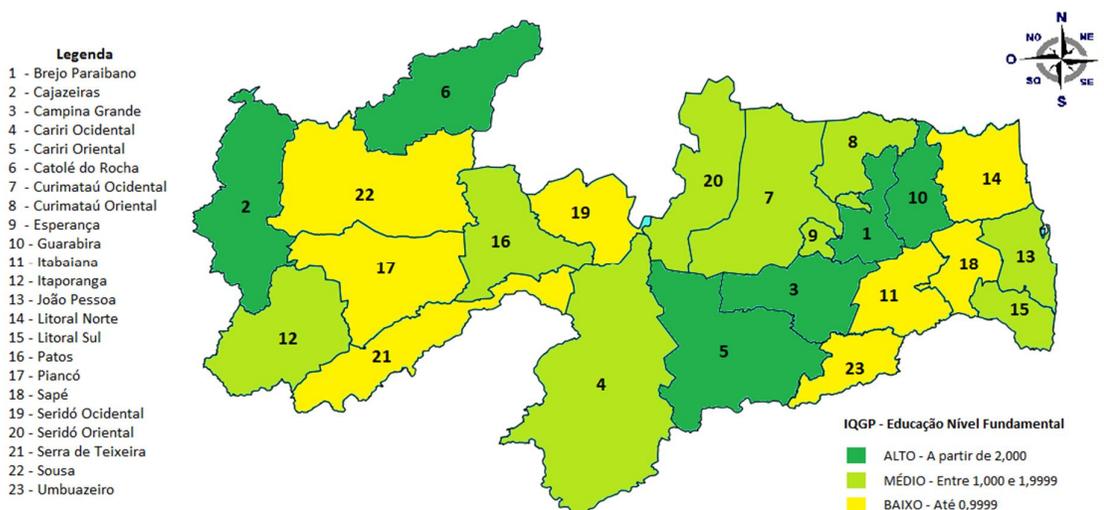
Já em relação ao índice de bem-estar, os melhores resultados foram obtidos pelas microrregiões Seridó Oriental, Itaporanga, Guarabira, Sousa e Cariri Oriental. As microrregiões que menos trouxeram retornos de bem-estar na função educação, segundo o IQGP, foram as de Seridó Ocidental, Umbuzeiro, Sapé, Piancó e Cariri Ocidental.

Assim como nos casos dos municípios isoladamente, nas microrregiões também se pode observar que maiores gastos não significam necessariamente maiores retornos em forma de resultados dos indicadores em educação. Das dez microrregiões que tiveram um maior gasto *per capita* apenas a do Seridó Oriental obteve posição de relativo destaque no ranking do IQGP (11º). Isso se deve pelo fato de ter sido o município com maior índice de bem-estar apresentado.

Outro ponto a ser observado é que quatro das cinco microrregiões melhores ranqueadas no índice de insumo também obtiveram os quatro melhores resultados no ranking do IQGP. A microrregião de Campina Grande, inclusive, mesmo obtendo apenas o décimo terceiro melhor índice de bem-estar figurou como a quarta microrregião mais eficiente em relação ao gasto público com educação, segundo ranking do IQGP.

Na parte inferior do ranking, pode-se observar que as quatro piores microrregiões no ranking do índice de bem-estar também obtiveram as mesmas colocações no ranking do IQGP. Isso demonstra que são microrregiões que devem ter atenção mais especial por parte de seus agentes públicos, dado que se gasta muito para pouco retorno apresentado na forma dos indicadores utilizados.

No Mapa 01, as microrregiões são classificadas em três níveis de eficiência: a alta, para IQGP iguais ou maiores que 2; a média, para IQGP entre 1 e 1,999; e a baixa, para IQGP menores que 1.



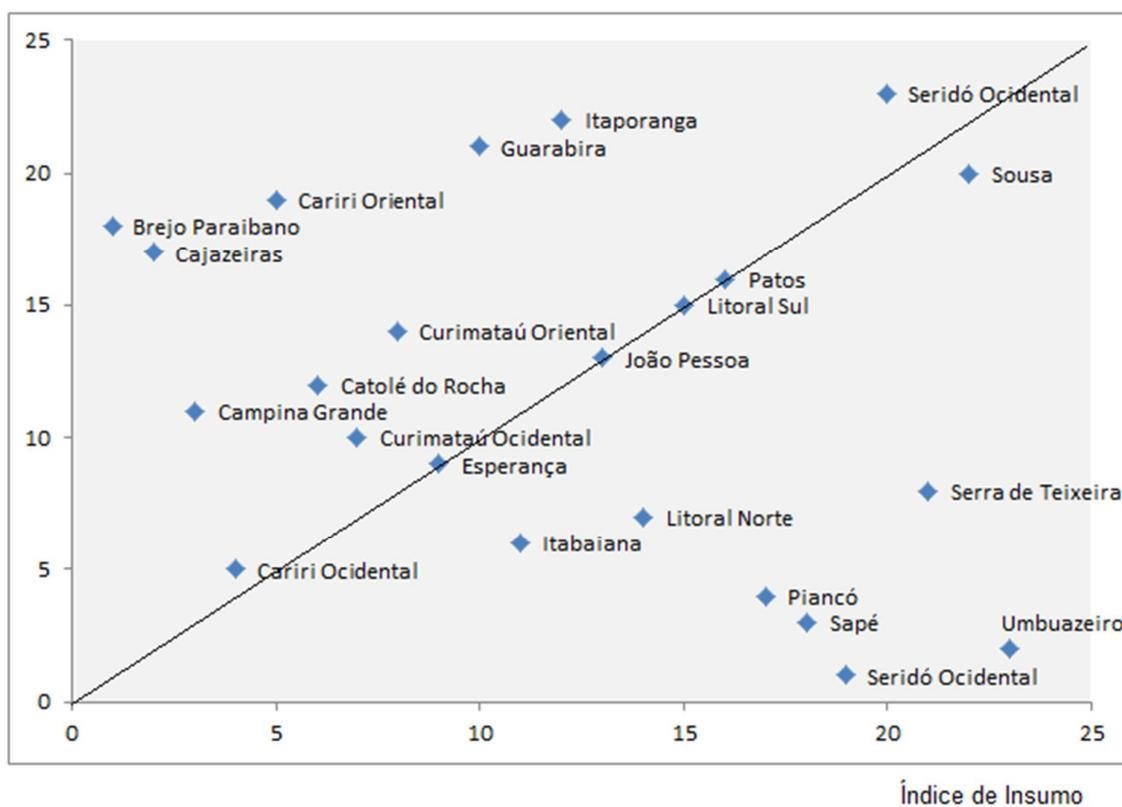
**Mapa 1: Mapa do IQGP por microrregiões**

**Fonte:** Elaboração do autor

Através do gráfico de dispersão a seguir é possível representar graficamente o posicionamento das microrregiões em relação à fronteira de eficiência representada pela reta, onde o IQGP é igual a um.

### Gráfico 5: Gráfico da fronteira de eficiência do IQGP para as microrregiões

Índice de Bem-Estar



Fonte: Elaboração do autor

Analisando os dados, pode-se perceber também que as microrregiões de Patos, Litoral Sul, Esperança e João Pessoa possuem  $IQGP=1$ , o que quer dizer que são eficientes de maneira proporcional. Para cada unidade de despesa dispendida há uma unidade de retorno alcançada.

## CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa teve como objetivo principal mensurar a qualidade do gasto público municipal na função educação, mas precisamente no ensino fundamental. Para atender a este objetivo foi utilizada a metodologia do Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP), com a qual foi possível elaborar um ranking dos municípios e microrregiões da Paraíba mais eficientes no gasto público na referida função.

Para se chegar ao IQGP de cada município foi necessário o cálculo de mais dois índices: o de insumo e do bem-estar. Para o insumo, foi utilizado o indicador de Gasto educacional por aluno do ensino fundamental por município, encontrado no SIOBE. Já para o cálculo do índice de bem-estar foram ponderados indicadores como de desempenho, frequência e idade dos alunos da rede municipal de ensino dos municípios pesquisados. Tanto o indicador de despesa como os indicadores de bem-estar foram tratados pelo método estatístico denominado *escore padronizado* que é obtido através da subtração do *escore bruto* pela média num conjunto de resultados, dividido pelo desvio padrão deste conjunto.

Os dados disponíveis permitiram mensurar a qualidade do gasto público com educação em 216 dos 223 municípios paraibanos, bem como de todas as 23 microrregiões do estado.

Em relação à análise dos resultados, em geral os municípios e microrregiões que obtiveram um menor índice de insumo foram os que apresentaram melhores classificações no ranking do IQGP, indicando que foram mais eficientes não por terem conseguido os melhores resultados (indicadores de desempenho), mas sim por terem os melhores resultados possíveis compatíveis com o nível de despesa realizada.

Dessa forma, pode-se averiguar que uma maior despesa *per capita* não trouxe, necessariamente, um aumento no bem-estar da população escolar, ocorrendo assim *deseconomia de escala*, que acontece quando os gastos crescem mais que proporcionalmente aos resultados.

Identificou-se que os municípios de Brejo da Cruz, com IQGP igual a 52,6667, e Pocinhos, com IQGP igual a 43, foram os municípios mais eficientes e que mais se

destacaram perante os outros, levando-se em conta que a média do IQGP não passou de 2,435. Coincidência entre os dois municípios é o fato de que no ranking de insumo ambos ficaram entre os três primeiros, mas no ranking de bem-estar Brejo da Cruz ficou em 59º lugar, enquanto que Pocinhos figurou na 131ª colocação. Esta informação corrobora com a conclusão antes auferida de que os municípios com menores despesas *per capita* tenderam a apresentar melhores resultados de eficiência deste gasto quando comparados aos indicadores de bem-estar ou resultados. Dessa forma, de acordo com a metodologia do IQGP e os resultados da pesquisa um maior gasto em educação não apresentou um resultado proporcional em relação ao desempenho educacional nas escolas municipais da Paraíba.

Uma das possibilidades de explicação desse fenômeno é o de que com o aumento dos gastos na educação, os agentes públicos podem estar se despreocupando mais com a fiscalização e com a melhor alocação desses recursos. Outra possibilidade é a de que um gasto maior possa estar englobando despesas com investimento em equipamentos, tecnologia, que por sua natureza não apresenta resultado imediatos ou de curto prazo. Além disso, aspectos da formação social do aluno externos aos limites da escola, como características da família, local de moradia, acesso à saúde e higiene, podem interferir no rendimento escolar deste e conseqüentemente afetar de maneira negativa os indicadores de resultado, fazendo com que um maior gasto per capita deste aluno não traga necessariamente melhores resultados.

Comparando esta pesquisa com os resultados apresentados no relatório da UFPB (2012), onde também foi mensurada a qualidade do gasto público em educação nos municípios da Paraíba para os anos de 2007 e 2009, temos que neste estudo os municípios mais dominantes, através da fronteira FDH, foram Paulista, Jericó, Bom Jesus e Areial. No caso do presente trabalho, somente os municípios de Paulista e Areial apresentaram IQGP acima da média. O município de Jericó, inclusive, foi o 193º colocado num ranking de 216 municípios. Já considerando a metodologia do DEA, os municípios mais eficientes foram Várzea, Zabelê e Catingueira. Comparando com o ranking obtido pelo IQGP, Catingueira aparece entre os 30 municípios mais eficientes e Várzea apenas na 101ª posição. O município de Zabelê não participou da pesquisa pelo IQGP por falta de dados necessários para o seu cálculo.

Ainda na vertente desta comparação, os municípios menos eficientes pelo DEA foram Pedro Régis, São José de Caiana e Areias de Baraúna. Já com a utilização do FDH, os municípios mais dominados (e ineficientes) foram Coremas e Pilõezinhos, além dos mesmos encontrados pelo DEA. Quando comparamos com os resultados encontrados no IQGP, averiguamos que estes municípios também demonstraram ser altamente ineficientes. Coremas inclusive foi o quinto mais ineficiente. Apenas Pedro Régis figurou na metade mais eficiente dos municípios (104º lugar), mais muito abaixo da média do IQGP dos demais municípios estudados.

Quando da análise do ranking das Microrregiões foi possível encontrar aspectos similares aos apresentados no dos municípios: deseconomia de escala e microrregiões com excelentes índices de bem-estar, mas com altíssimo nível de despesa *per capita*. Foram exemplos a microrregião do Seridó Oriental, primeiro colocado no índice de bem-estar, mas um dos últimos no ranking de despesa, e a microrregião de Sousa, quarto melhor índice de bem-estar mas a segunda região com maior gasto do estado.

Para uma análise mais aprofundada, outras investigações poderão ser realizadas a partir dos resultados apresentados, levando em consideração as diferentes características populacionais, políticas, históricas e econômicas encontradas nos diversos municípios e microrregiões, que por ora não foram consideradas na presente metodologia por se tratar de uma pesquisa que buscou resultados mais diretos, visando o critério da parcimônia. Estes aspectos poderão elucidar questões como, por exemplo - o que faz com que o aumento da despesa *per capita* não traga necessariamente um aumento nos resultados dos indicadores de desempenho?

De todo modo os presentes resultados poderão servir de norteamento aos agentes públicos, sejam da administração direta dos municípios, sejam dos órgãos fiscalizadores, ou mesmo das entidades civis que buscam acompanhar as políticas públicas na área da educação nos diversos municípios paraibanos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlio César Lima de & SILVA, Jorge Luiz Mariano da. **Eficiência no gasto público com educação: uma análise dos municípios do Rio Grande do Norte**. Natal, 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/320>>. Acesso em 19 fev. 2013.

AQUINO, Íris de Paula Brito de; BATISTA, Edimilson Monteiro; OLIVEIRA, Edmilson Jovino de; & SILVA, Maurício Corrêa da. **Gastos com educação: análise da aplicação de recursos pelos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 2006 a 2009**. Natal, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/12770>>. Acesso em 13 fev. 2013.

ARVATE, Paulo; ROCHA, Fabiana; MATTOS, Enlison & ZOGHBI, Ana Carolina. **Uma análise da eficiência nos gastos em educação fundamental para os municípios paulistas**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/221>>. Acesso em 13 fev. 2013.

BAPTISTELLI, Patrícia Maria Fontes Borges. **Qualidade dos gastos públicos dos municípios mineiros na área da educação**. 2009. 188f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo. Disponível em: <[http://www.fpl.edu.br/2013/media/pdfs/mestrado/dissertacoes\\_2009/dissertacao\\_patricia\\_maria\\_2009.pdf](http://www.fpl.edu.br/2013/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2009/dissertacao_patricia_maria_2009.pdf)>. Acesso em 12 fev. 2013.

BENEGAS, Maurício; IRFFI, Guilherme & MACHADO Jr, Sárís Pinto. **Análise da eficiência técnica dos gastos com educação, saúde e assistência social dos municípios cearenses**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/223/204>>. Acesso em 15 mar. 2013.

BORGES, Matheus Fachin. **Qualidade do gasto público municipal: uma abordagem microrregional para o Estado do Rio Grande do Sul**. 2010. 171f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25789>>. Acesso em 15 fev. 2012.

BORGES, Ricardo Neves. **Qualidade do gasto público em educação e saúde: uma análise microrregional em Goiás**. 2012. 174f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdades Alves Faria. Goiânia. Disponível em: <[http://www.alfa.br/biblioteca/artigos/dissertacao\\_20120704\\_ricardo.pdf](http://www.alfa.br/biblioteca/artigos/dissertacao_20120704_ricardo.pdf)>. Acesso em 08 fev. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 21 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei 4.320/64, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm)>. Acesso em: 21 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1969**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 21 set. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios**. Parte I. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. 4ª Ed. Brasília: 2011.

BROTTI, Vera; LAFFIN, Marcos; BORGERT, Altair. **Orçamento público – levantamento dos artigos, dissertações e teses no Brasil entre 1985 e 2005 em algumas das principais fontes de publicações disponíveis em meio eletrônico**. Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://www.contabilidade.ufsc.br/visualizar/orcamentopublico.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2012.

BRUNET, Julio Francisco Gregory; BERTE, Ana Maria de Aveline e BORGES, Clayton Brito. **Estudo Comparativo das Despesas Públicas dos Estados Brasileiros: um índice de qualidade do gasto público**. Brasília: ESAF, 2007. Monografia premiada com o terceiro lugar no XII Prêmio Tesouro Nacional – 2007. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/premio\\_TN/XIIPremio/qualidade/3qualidadeXIIPTN/resumo.htm](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/premio_TN/XIIPremio/qualidade/3qualidadeXIIPTN/resumo.htm)>. Acesso em 04 jan. 2012.

BRUNS, Barbara. Org. **Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: Próximos Passos. Sumário executivo**. Banco Mundial, 2010. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1293020543041/ESummary\\_Atingindo\\_Educacao\\_nivel\\_Mundial\\_Brasil\\_DEZ2010.pdf](http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1293020543041/ESummary_Atingindo_Educacao_nivel_Mundial_Brasil_DEZ2010.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2012.

CHAVES, Renato Santos. **A Qualidade do Gasto Público no Brasil – Propostas para Melhoria**. Governet - Boletim de Orçamento e Finanças, v. 29, p. 845-855, 2007. Disponível em: <<http://www.contas.cnt.br/doc/A%20Qualidade%20do%20Gasto%20Publico.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. **O orçamento público: algumas considerações conceituais e suas implicações para o financiamento da educação**. Campo Grande, 1999. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/anped/0505T.PDF>>. Acesso em 25 mar. 2012.

GERIGK, Willson. **O impacto da lei de responsabilidade fiscal sobre a gestão financeira dos pequenos municípios do Paraná**. 2008. 316f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br/system/files/documentos/Dissertacoes/D040.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2012.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 13 ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2005.

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. **Gestão por Resultados e eficiência na Administração Pública: uma análise à luz da experiência de Minas Gerais**. 2009. 187f. Tese (Doutorado Administração Pública e Governo) – Escola de

Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4652>>. Acesso em 17 mar. 2012.

GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JUNIOR, Rudinei; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia brasileira contemporânea**. 6 ed. São Paulo: Altas, 2005.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BRASIL). Sistema de Informações sobre orçamentos públicos em educação. Sistema eletrônico, operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, instituído para coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <[www.fnde.gov.br/siope](http://www.fnde.gov.br/siope)>. Acesso em: 30 jun. 2010

JUBRAN, Aparecido Jorge. **Modelo de análise de eficiência na administração pública: estudo aplicado às prefeituras brasileiras usando a análise envoltória de dados**. 2006. Tese (Doutorado em Sistemas Eletrônicos) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3142/tde-13122006-180402/>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

MENDES, Marcos. **Eficiência do gasto público: o governo focado na solução das “falhas de mercado”**. São Paulo: 2007. Disponível em <[http://www.portal.rn.gov.br/content/aplicacao/searh\\_escola/fotos/gerados/eficiencia\\_gastop.asp](http://www.portal.rn.gov.br/content/aplicacao/searh_escola/fotos/gerados/eficiencia_gastop.asp)>. Acesso em: 24 mar. 2012.

REZENDE, A., SLOMSKI, V., CORRAR, L.. **A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (idh) dos municípios do estado de São Paulo**. Revista Universo Contábil, Blumenau, 1, Jul. 2007.

Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/75>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

SILVA, Edna L. da; MENEZES, E. M.. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. Laboratório de Ensino a Distância** (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina. 3. ed. Florianópolis, 2001. Disponível em: <<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

SILVEIRA, Alexandre Segovia; & TEIXEIRA, Arilda Magna Campagnaro. **O Efeito do Gasto Público na Qualidade da Educação**. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em <[http://www.fucape.br/\\_public/producao\\_cientifica/2/ALEXANDRE.pdf](http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/ALEXANDRE.pdf)>. Acesso em: 01 mar. 2013.

SOUSA, Francisco Hélio. **O Caráter Impositivo da Lei Orçamentária Anual e seus Efeitos no Sistema de Planejamento Orçamentário**. Brasília: ESAF, 2008. Monografia premiada com o segundo lugar no XIII Prêmio Tesouro Nacional – 2008. Orçamentos e Sistemas de Informação sobre a Administração Financeira Pública. Brasília (DF). Disponível em: <[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio\\_TN/XIIIpremio/sistemas/2tosiXIIIPTN/Carater\\_Impositivo\\_Lei\\_Orcamentaria.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIIIpremio/sistemas/2tosiXIIIPTN/Carater_Impositivo_Lei_Orcamentaria.pdf)>. Acesso em 18 jan. 2013.

SOUZA, Joseli Aparecida Puchta de. **Uma análise da evolução recente das finanças públicas no Paraná**. 2009. 76f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/20921>>. Acesso em 21 mar. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Grupo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa Econômica. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. **Relatório Final: Projeto Indicadores de Desempenho dos Gastos Públicos em Educação Básica na Paraíba**. João Pessoa, 2002. Disponível em: <<http://dl.dropboxusercontent.com/u/47174844/tce/idgpb/index.html>>. Acesso em 12 mar. 2012

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Fundamentos de economia**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

**ANEXO A – ÍNDICE DE INSUMO DOS MUNICÍPIOS**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>MICRORREGIÃO</b>	<b>Gasto educacional por aluno do ensino fundamental</b>	<b>Índice de insumo</b>
Água Branca	Serra do Teixeira	2.451,56	-0,9983
Aguiar	Piancó	3.265,17	-0,0182
Alagoa Grande	Brejo Paraibano	2.930,72	-0,4211
Alagoa Nova	Brejo Paraibano	2.712,83	-0,6835
Alagoinha	Guarabira	2.230,19	-1,2649
Alcantil	Cariri Oriental	4.063,14	0,9431
Algodão de Jandaíra	Curimataú Ocidental	3.641,46	0,4351
Alhandra	Litoral Sul	3.177,23	-0,1241
Amparo	Cariri Ocidental	4.187,42	1,0928
Aparecida	Sousa	3.335,74	0,0668
Araçagi	Guarabira	3.099,75	-0,2174
Arara	Curimataú Ocidental	2.748,95	-0,6400
Araruna	Curimataú Oriental	2.379,42	-1,0852
Areia	Brejo Paraibano	2.718,73	-0,6764
Areia de Baraúnas	Patos	3.811,25	0,6396
Areial	Esperança	2.865,06	-0,5002
Aroeiras	Umbuzeiro	2.967,83	-0,3764
Assunção	Cariri Ocidental	2.469,55	-0,9766
Baía da Traição	Litoral Norte	3.848,23	0,6842
Bananeiras	Brejo Paraibano	2.648,78	-0,7607
Baraúna	Seridó Oriental	2.566,55	-0,8597
Barra de Santa Rosa	Curimataú Ocidental	2.488,55	-0,9537
Barra de Santana	Cariri Oriental	3.055,82	-0,2704
Barra de São Miguel	Cariri Oriental	2.125,28	-1,3913

Bayeux	João Pessoa	2.435,42	-1,0177
Belém	Guarabira	3.279,93	-0,0004
Belém do Brejo do Cruz	Catolé do Rocha	3.087,78	-0,2319
Bernardino Batista	Cajazeiras	4.229,20	1,1431
Boa Ventura	Itaporanga	3.143,13	-0,1652
Boa Vista	Campina Grande	3.507,97	0,2743
Bom Jesus	Cajazeiras	4.471,41	1,4349
Bom Sucesso	Catolé do Rocha	4.513,31	1,4853
Bonito de Santa Fé	Cajazeiras	2.857,53	-0,5092
Boqueirão	Cariri Oriental	2.774,23	-0,6096
Borborema	Brejo Paraibano	2.851,87	-0,5160
Brejo do Cruz	Catolé do Rocha	2.187,87	-1,3159
Brejo dos Santos	Catolé do Rocha	3.583,76	0,3656
Caaporã	Litoral Sul	2.766,65	-0,6187
Cabaceiras	Cariri Oriental	3.455,23	0,2108
Cabedelo	João Pessoa	3.555,97	0,3321
Cachoeira dos Índios	Cajazeiras	3.069,05	-0,2544
Cacimba de Areia	Patos	2.553,09	-0,8759
Cacimba de Dentro	Curimataú Oriental	2.800,30	-0,5782
Cacimbas	Serra do Teixeira	2.331,26	-1,1432
Caiçara	Guarabira	3.107,26	-0,2084
Cajazeiras	Cajazeiras	3.244,69	-0,0429
Cajazeirinhas	Sousa	3.244,69	-0,0429
Caldas Brandão	Itabaiana	3.376,06	0,1154
Camalaú	Cariri Ocidental	3.164,14	-0,1399
Campina Grande	Campina Grande	2.915,21	-0,4397
Campo de Santana (Tacima)	Curimataú Oriental	2.630,58	-0,7826
Capim	Litoral Norte	2.314,56	-1,1633

Caraúbas	Cariri Oriental	3.046,09	-0,2821
Carrapateira	Cajazeiras	5.035,27	2,1141
Casserengue	Curimataú Oriental	2.506,14	-0,9325
Catingueira	Piencó	2.561,38	-0,8660
Catolé do Rocha	Catolé do Rocha	3.347,89	0,0815
Caturité	Cariri Oriental	3.488,03	0,2503
Conceição	Itaporanga	3.644,35	0,4386
Condado	Sousa	3.644,35	0,4386
Conde	João Pessoa	2.955,37	-0,3914
Congo	Cariri Ocidental	3.021,40	-0,3118
Coremas	Piencó	3.021,40	-0,3118
Cruz do Espírito Santo	Sapé	2.595,30	-0,8251
Cubati	Seridó Oriental	2.325,88	-1,1496
Cuité	Curimataú Ocidental	3.043,27	-0,2855
Cuité de Mamanguape	Litoral Norte	3.038,00	-0,2918
Cuitegi	Guarabira	2.864,86	-0,5004
Curral de Cima	Litoral Norte	2.467,81	-0,9787
Curral Velho	Itaporanga	4.099,83	0,9872
Damião	Curimataú Ocidental	2.948,60	-0,3995
Desterro	Serra do Teixeira	3.757,41	0,5748
Diamante	Itaporanga	3.883,24	0,7263
Dona Inês	Curimataú Oriental	2.412,23	-1,0456
Duas Estradas	Guarabira	2.734,64	-0,6573
Emas	Piencó	3.661,83	0,4596
Esperança	Esperança	2.377,08	-1,0880
Fagundes	Campina Grande	2.401,98	-1,0580
Frei Martinho	Seridó Oriental	4.741,58	1,7603
Gado Bravo	Umbuzeiro	2.869,65	-0,4946

Guarabira	Guarabira	2.926,95	-0,4256
Gurinhém	Itabaiana	2.688,78	-0,7125
Gurjão	Cariri Oriental	3.757,75	0,5752
Ibiara	Itaporanga	3.143,91	-0,1643
Igaracy	Piancó	3.308,70	0,0343
Imaculada	Serra do Teixeira	2.406,72	-1,0523
Ingá	Itabaiana	3.293,11	0,0155
Itabaiana	Itabaiana	3.601,32	0,3867
Itaporanga	Itaporanga	3.635,44	0,4278
Itapororoca	Litoral Norte	3.003,82	-0,3330
Itatuba	Itabaiana	3.751,03	0,5671
Jacaraú	Litoral Norte	2.697,98	-0,7014
Jericó	Catolé do Rocha	3.702,26	0,5083
João Pessoa	João Pessoa	5.064,91	2,1498
Juarez Távora	Itabaiana	2.560,56	-0,8670
Juazeirinho	Seridó Oriental	2.215,17	-1,2830
Junco do Seridó	Seridó Ocidental	3.431,48	0,1822
Juripiranga	Sapé	2.464,46	-0,9827
Juru	Serra do Teixeira	3.084,82	-0,2354
Lagoa	Catolé do Rocha	3.494,03	0,2575
Lagoa de Dentro	Guarabira	3.297,98	0,0213
Lagoa Seca	Campina Grande	2.295,03	-1,1868
Lastro	Sousa	3.599,65	0,3847
Livramento	Cariri Ocidental	2.766,75	-0,6186
Logradouro	Guarabira	4.345,22	1,2828
Lucena	João Pessoa	2.488,00	-0,9544
Mãe d'Água	Patos	3.141,02	-0,1677
Malta	Sousa	3.180,16	-0,1206

Mamanguape	Litoral Norte	2.846,97	-0,5219
Manaíra	Serra do Teixeira	2.732,62	-0,6597
Marcação	Litoral Norte	3.054,82	-0,2716
Mari	Sapé	2.913,37	-0,4420
Marizópolis	Sousa	4.795,79	1,8256
Massaranduba	Campina Grande	2.587,79	-0,8342
Mataraca	Litoral Norte	3.486,02	0,2479
Matinhas	Brejo Paraibano	3.172,57	-0,1297
Mato Grosso	Catolé do Rocha	6.981,18	4,4581
Maturéia	Serra do Teixeira	2.557,46	-0,8707
Mogeiro	Itabaiana	3.056,25	-0,2698
Montadas	Esperança	2.319,70	-1,1571
Monte Horebe	Cajazeiras	3.785,98	0,6092
Monteiro	Cariri Ocidental	2.702,86	-0,6955
Mulungu	Guarabira	3.069,80	-0,2535
Natuba	Umbuzeiro	3.156,61	-0,1490
Nazarezinho	Sousa	2.888,94	-0,4714
Nova Floresta	Curimataú Ocidental	2.637,25	-0,7746
Nova Olinda	Piancó	6.477,97	3,8519
Nova Palmeira	Seridó Oriental	4.927,80	1,9846
Olho d'Água	Piancó	2.188,73	-1,3149
Olivedos	Curimataú Ocidental	3.216,20	-0,0772
Ouro Velho	Cariri Ocidental	5.861,34	3,1092
Passagem	Patos	4.524,55	1,4989
Patos	Patos	2.760,50	-0,6261
Paulista	Sousa	2.515,06	-0,9218
Pedra Branca	Itaporanga	3.387,32	0,1290
Pedra Lavrada	Seridó Oriental	3.415,19	0,1625

Pedras de Fogo	Litoral Sul	2.724,42	-0,6696
Pedro Régis	Litoral Norte	3.268,57	-0,0141
Piancó	Piancó	3.119,87	-0,1932
Picuí	Seridó Oriental	2.280,45	-1,2044
Pilar	Sapé	2.674,29	-0,7300
Pilões	Brejo Paraibano	2.804,24	-0,5734
Pilõezinhos	Guarabira	3.290,06	0,0118
Pirpirituba	Guarabira	2.841,70	-0,5283
Pitimbu	Litoral Sul	3.121,31	-0,1915
Pocinhos	Curimataú Ocidental	2.131,59	-1,3837
Poço Dantas	Cajazeiras	3.792,07	0,6165
Poço de José de Moura	Cajazeiras	4.366,92	1,3090
Pombal	Sousa	2.502,20	-0,9373
Prata	Cariri Ocidental	4.075,30	0,9577
Princesa Isabel	Serra do Teixeira	3.157,23	-0,1482
Puxinaña	Campina Grande	2.880,52	-0,4815
Queimadas	Campina Grande	2.770,71	-0,6138
Quixabá	Patos	3.977,81	0,8403
Remígio	Curimataú Ocidental	2.612,75	-0,8041
Riachão	Curimataú Oriental	2.976,09	-0,3664
Riachão do Bacamarte	Itabaiana	3.361,25	0,0976
Riachão do Poço	Sapé	3.488,66	0,2510
Riacho de Santo Antônio	Cariri Oriental	4.209,63	1,1195
Riacho dos Cavalos	Catolé do Rocha	4.135,83	1,0306
Rio Tinto	Litoral Norte	2.781,52	-0,6008
Salgadinho	Seridó Ocidental	3.274,35	-0,0071
Salgado de São Félix	Itabaiana	3.649,54	0,4448
Santa Cecília	Umbuzeiro	2.861,26	-0,5047

Santa Cruz	Sousa	5.278,44	2,4070
Santa Helena	Cajazeiras	3.703,55	0,5099
Santa Luzia	Seridó Ocidental	3.149,13	-0,1580
Santa Rita	João Pessoa	3.222,43	-0,0697
Santa Teresinha	Patos	3.094,17	-0,2242
Santana de Mangueira	Itaporanga	3.918,77	0,7691
Santana dos Garrotes	Piancó	3.338,11	0,0697
Santarém (Joca Claudino)	Cajazeiras	6.051,95	3,3388
Santo André	Cariri Oriental	3.742,26	0,5565
São Bentinho	Sousa	3.982,04	0,8454
São Bento	Catolé do Rocha	2.314,60	-1,1632
São Domingos de Pombal	Sousa	3.067,33	-0,2565
São Domingos do Cariri	Cariri Oriental	4.101,19	0,9889
São Francisco	Sousa	3.194,06	-0,1038
São João do Rio do Peixe	Cajazeiras	5.849,07	3,0944
São João do Tigre	Cariri Ocidental	3.185,80	-0,1138
São José da Lagoa Tapada	Sousa	2.717,76	-0,6776
São José de Caiana	Itaporanga	3.698,18	0,5034
São José de Espinharas	Patos	4.215,93	1,1271
São José de Princesa	Serra do Teixeira	5.821,43	3,0611
São José do Bonfim	Patos	3.437,30	0,1892
São José do Brejo do Cruz	Catolé do Rocha	4.486,35	1,4528
São José do Sabugi	Seridó Ocidental	3.835,72	0,6691
São José dos Ramos	Sapé	3.002,34	-0,3348
São Mamede	Seridó Ocidental	3.917,27	0,7673
São Miguel de Taipu	Sapé	2.565,78	-0,8607
São Sebastião de Lagoa de Roça	Esperança	2.493,37	-0,9479
São Sebastião do Umbuzeiro	Cariri Ocidental	3.603,36	0,3892

Sapé	Sapé	2.716,60	-0,6790
Seridó (São Vicente do Seridó)	Seridó Oriental	2.612,98	-0,8038
Serra Branca	Cariri Ocidental	2.747,11	-0,6422
Serra da Raiz	Guarabira	6.702,24	4,1221
Serra Grande	Itaporanga	3.437,50	0,1894
Serra Redonda	Campina Grande	3.091,62	-0,2272
Serraria	Brejo Paraibano	2.954,51	-0,3924
Sertãozinho	Guarabira	3.624,55	0,4147
Sobrado	Sapé	2.847,61	-0,5212
Solânea	Curimataú Oriental	2.628,55	-0,7851
Soledade	Curimataú Ocidental	2.598,02	-0,8218
Sossêgo	Curimataú Ocidental	3.794,53	0,6195
Sousa	Sousa	3.228,40	-0,0625
Sumé	Cariri Ocidental	3.526,37	0,2965
Taperoá	Cariri Ocidental	2.811,27	-0,5649
Tavares	Serra do Teixeira	2.614,95	-0,8014
Teixeira	Serra do Teixeira	3.031,12	-0,3001
Tenório	Seridó Oriental	2.586,02	-0,8363
Triunfo	Cajazeiras	2.866,06	-0,4989
Uiraúna	Cajazeiras	3.892,24	0,7372
Umbuzeiro	Umbuzeiro	3.241,34	-0,0469
Várzea	Seridó Ocidental	4.443,55	1,4013
Vieirópolis	Sousa	3.618,61	0,4076
Vista Serrana	Sousa	3.699,35	0,5048

**ANEXO B – INDICADORES DE BEM-ESTAR DOS MUNICÍPIOS**

MUNICÍPIO	MICRORREGIÃO	Taxa de Aprovação - 1ª a 4ª Série/1º a 5º Ano	Taxa de Aprovação - 5ª a 8ª Série/ 6º ao 9º Ano	Taxa de Reprovação - 1ª a 4ª Série/1º a 5º Ano	Taxa de Reprovação - 5ª a 8ª Série/ 6º ao 9º Ano	Taxa de Abandono - 1ª a 4ª Série/1º a 5º Ano	Taxa de Abandono - 5ª a 8ª Série/ 6º ao 9º Ano	Taxa de Distorção Idade-Série - 1ª a 8ª série/1º ao 9º Ano	Número médio de Horas-Aula Diária no Ensino Fundamental - 8 e 9 anos	Número médio de Alunos por Turma - 1ª a 8ª série/1º ao 9º Ano
Água Branca	Serra do Teixeira	86,2	84,2	10,3	11,2	3,5	4,6	30,9	4,5	30,25
Aguiar	Piancó	77,9	76,6	14,6	12,7	7,5	10,7	35,5	4,2	18,6
Alagoa Grande	Brejo Paraibano	62,7	68,4	33,1	16,6	4,2	15	56,3	4,2	23,6
Alagoa Nova	Brejo Paraibano	80,3	63,8	15,9	23,2	3,8	13	38,8	4,2	26,35
Alagoinha	Guarabira	78	78,2	15	9,8	7	12	45	4,1	25,25
Alcantil	Cariri Oriental	86,6	86,9	12,1	7,4	1,3	5,7	30,6	4	18,85
Algodão de Jandaira	Curimataú Ocidental	72,9	74	20,5	13	6,6	13	10,2	4	31,6
Alhandra	Litoral Sul	77,2	69,6	16,5	21,6	6,3	8,8	39,3	4	27,9
Amparo	Cariri Ocidental	81,7	73,4	15,3	25,3	3	1,3	30,5	4	18,45
Aparecida	Sousa	85,5	78,9	12	14,5	2,5	6,6	32,6	4,2	24,6
Araçagi	Guarabira	73,6	65,5	16,9	15,5	9,5	19	51,7	4,1	23,25
Arara	Curimataú Ocidental	78	63,5	17,4	16,3	4,6	20,2	52,1	4	28,45
Araruna	Curimataú Oriental	83,1	81,4	12,7	11,6	4,2	7	36,3	4,7	24,1
Areia	Brejo Paraibano	83,6	64,4	10,7	24,5	5,7	11,1	17,8	4	24,15
Areia de Baraúnas	Patos	78,5	76,3	19,2	7,7	2,3	16	35,7	4,4	17,65
Areial	Esperança	88,3	86,1	10,2	9	1,5	4,9	26,2	4	29,45
Aroeiras	Umbuzeiro	72,2	72,4	22,2	15,6	5,6	12	52,9	4	22
Assunção	Cariri Ocidental	79,3	78,5	17,4	9,5	3,3	12	35,6	4,1	25,15
Baía da Traição	Litoral Norte	85,3	80,6	10,8	11,3	3,9	8,1	42,7	4	23,5
Bananeiras	Brejo Paraibano	83,1	72,8	11,6	17,1	5,3	10,1	42,4	4	23,55
Baraúna	Seridó Oriental	79,8	59	16,1	20,1	4,1	20,9	45,6	3,9	32,85
Barra de Santa Rosa	Curimataú Ocidental	74,8	62,7	19,7	20,9	5,5	16,4	53,5	4,2	27,8

Barra de Santana	Cariri Oriental	82,9	75,1	13,8	14,1	3,3	10,8	32,1	4,1	21,75
Barra de São Miguel	Cariri Oriental	69,3	60,3	21,5	20	9,2	19,7	45,7	4,2	21,7
Bayeux	João Pessoa	79,4	69,3	15,4	21,8	5,2	8,9	40,1	4,4	25,8
Belém	Guarabira	79,7	76,2	15,5	13,9	4,8	9,9	37	4,2	24,55
Belém do Brejo do Cruz	Catolé do Rocha	79,2	68,2	14,9	16,9	5,9	14,9	35,8	4	23,2
Bernardino Batista	Cajazeiras	77,1	70,1	21	22,3	1,9	7,6	39,3	4,3	20,5
Boa Ventura	Itaporanga	80,6	61,1	10,9	21,6	8,5	17,3	43,6	3,9	18,55
Boa Vista	Campina Grande	89,8	57,4	8,9	28,8	1,3	13,8	35,7	3,9	25,9
Bom Jesus	Cajazeiras	81,2	79,9	14,8	15,6	4	4,5	31,2	4,3	26,75
Bom Sucesso	Catolé do Rocha	84,3	77,1	10,9	12,4	4,8	10,5	21,8	4,4	14,15
Bonito de Santa Fé	Cajazeiras	82,7	84,1	10,1	6,5	7,2	9,4	63	4,2	19,85
Boqueirão	Cariri Oriental	78,1	77,1	18,3	17,6	3,6	5,3	34,8	4	23,6
Borborema	Brejo Paraibano	86	85,7	8,9	7,7	5,1	6,6	43,3	4,3	26,35
Brejo do Cruz	Catolé do Rocha	85,5	79	10,1	11,6	4,4	9,4	35,9	4,2	23,2
Brejo dos Santos	Catolé do Rocha	84,1	81,7	13,5	14,6	2,4	3,7	23,8	4,4	25,05
Caaporã	Litoral Sul	77	66,3	19,1	24,3	3,9	9,4	42,3	4	26,05
Cabaceiras	Cariri Oriental	93,8	79,9	6,2	11,4	0	8,7	32,4	4,4	26,4
Cabedelo	João Pessoa	80,1	78,7	13,5	12,4	6,4	8,9	35,8	4,2	22,95
Cachoeira dos Índios	Cajazeiras	79,9	62	13,2	14,8	6,9	23,2	43,7	4,4	26
Cacimba de Areia	Patos	83,7	84,2	10,1	5,6	6,2	10,2	25,3	4,3	21,05
Cacimba de Dentro	Curimataú Oriental	79,6	84,9	16,1	8,3	4,3	6,8	38,7	4	21,55
Cacimbas	Serra do Teixeira	72,3	62,3	21,2	23,9	6,5	13,8	43,9	4,1	24,65
Caiçara	Guarabira	85,1	70,9	11,5	21,9	3,4	7,2	39,9	4,2	26,15
Cajazeiras	Cajazeiras	80,4	71,4	15	14,9	4,6	13,7	40,5	4,5	23,65
Cajazeirinhas	Sousa	82,5	80	15,4	19,6	2,1	0,4	45,8	4,3	23
Caldas Brandão	Itabaiana	87	64,2	11,8	26,5	1,2	9,3	39,7	4,5	23,15
Camalaú	Cariri Ocidental	82,1	68	16,1	4	1,8	28	43,5	4	13,25
Campina Grande	Campina Grande	77,3	65,8	15,4	18,1	7,3	16,1	38,6	4,2	24,1

Campo de Santana (Tacima)	Curimataú Oriental	85,7	65,6	8,8	23	5,5	11,4	38,9	4	24,75
Capim	Litoral Norte	73,3	70,4	19,1	18,4	7,6	11,2	46,3	4,5	31,5
Caraúbas	Cariri Oriental	79,5	67,5	20	24,1	0,5	8,4	33,5	3,9	22,5
Carrapateira	Cajazeiras	91,1	83,2	8,2	12,2	0,7	4,6	29,6	4,3	21,2
Casserengue	Curimataú Oriental	82,1	74,9	13,8	8,9	4,1	16,2	48,3	4	26,2
Catingueira	Piancó	79,4	77,9	17	15,2	3,6	6,9	32,6	4,3	18,65
Catolé do Rocha	Catolé do Rocha	81,5	69,8	15,1	18,4	3,4	11,8	28,3	4,4	31,45
Caturité	Cariri Oriental	85,2	74,3	10,7	19,2	4,1	6,5	31,3	4	23,85
Conceição	Itaporanga	79,5	70,5	12,5	13,4	8	16,1	43	4,1	21,65
Condado	Sousa	74,5	70	22,1	25,6	3,4	4,4	39	4,4	22,55
Conde	João Pessoa	82,7	76,8	14,2	18,9	3,1	4,3	38,2	4,5	24
Congo	Cariri Ocidental	80,5	68,2	17,2	18,4	2,3	13,4	46,5	4	14,95
Coremas	Piancó	69,3	68,4	16,4	8,2	14,3	23,4	41,6	4	14,3
Cruz do Espírito Santo	Sapé	75,7	70,1	18,9	19,4	5,4	10,5	40,2	4	30,2
Cubati	Seridó Oriental	81,7	56,4	16,7	38	1,6	5,6	40,3	4,2	21
Cuité	Curimataú Ocidental	80,3	68,3	17,9	25	1,8	6,7	43	4,3	24,65
Cuité de Mamanguape	Litoral Norte	70,1	69	24,9	15,6	5	15,4	55,2	4	27,05
Cuitegi	Guarabira	87,7	82,2	9,1	12,4	3,2	5,4	36,9	4	24,85
Curral de Cima	Litoral Norte	79,1	80	19	11,5	1,9	8,5	48,2	4	30,3
Curral Velho	Itaporanga	89	85,7	7	8,7	4	5,6	44,3	4,2	24,85
Damião	Curimataú Ocidental	80,2	68,2	18,5	20,7	1,3	11,1	40,3	4	31,6
Desterro	Serra do Teixeira	79,2	65,6	17,7	22,8	3,1	11,6	34,6	4,2	23,85
Diamante	Itaporanga	93,5	84,2	3	14	3,5	1,8	34,6	4,3	18,55
Dona Inês	Curimataú Oriental	97,4	88,5	1,7	2,5	0,9	9	25,7	3,9	29,55
Duas Estradas	Guarabira	80,1	81,6	17,8	14,5	2,1	3,9	48,4	4,5	22,05
Emas	Piancó	82,5	83,7	13,1	11,1	4,4	5,2	30,8	4,3	24,3
Esperança	Esperança	93,9	84,1	4,9	10,6	1,2	5,3	19,8	4,1	32,25
Fagundes	Campina Grande	78,8	56,1	17,6	26,2	3,6	17,7	45,7	4	23,25

Frei Martinho	Seridó Oriental	96,2	89,9	3,2	7,1	0,6	3	27,1	4	22,25
Gado Bravo	Umbuzeiro	80,2	79,9	15,8	14,1	4	6	47,5	4,1	30
Guarabira	Guarabira	82,1	64,3	11,1	20,5	6,8	15,2	39	4,4	24,5
Gurinhém	Itabaiana	73,7	69,6	19,2	11,5	7,1	18,9	50,6	4,1	22,3
Gurjão	Cariri Oriental	86,8	78,5	10,7	14,9	2,5	6,6	36,1	4,4	25,15
Ibiara	Itaporanga	88,1	78,1	9,3	6,6	2,6	15,3	27	4	21,5
Igaracy	Piancó	81,3	81,2	16,4	9,6	2,3	9,2	36,9	4,5	25,15
Imaculada	Serra do Teixeira	81,6	74,3	16,2	17,3	2,2	8,4	34,8	4,5	23,75
Ingá	Itabaiana	78,8	69,9	16,5	9,3	4,7	20,8	48,1	4,3	21,5
Itabaiana	Itabaiana	76,1	72,2	18,8	14,3	5,1	13,5	47,4	4	19,9
Itaporanga	Itaporanga	81,3	68,3	12	8	6,7	23,7	32	4,3	21,8
Itapororoca	Litoral Norte	75,7	73	17,6	11,2	6,7	15,8	49,9	4,1	23,35
Itatuba	Itabaiana	78,3	85,3	11,4	6	10,3	8,7	40,3	4	20,2
Jacaraú	Litoral Norte	82,3	76,9	13,1	12,8	4,6	10,3	44,6	4,6	26,1
Jericó	Catolé do Rocha	74,2	56,2	21	33,3	4,8	10,5	31,2	4,5	26,05
João Pessoa	João Pessoa	83,3	78,5	13,1	16,3	3,6	5,2	32,1	4,6	26,75
Juarez Távora	Itabaiana	81,5	69,8	15,3	16,1	3,2	14,1	38,6	4	25,45
Juazeirinho	Seridó Oriental	82,2	51,4	14,4	34,2	3,4	14,4	40,2	4	28,05
Junco do Seridó	Seridó Ocidental	84,8	80	12,9	6,6	2,3	13,4	37,3	4,1	18,25
Juripiranga	Sapé	74	60,1	19,2	20,7	6,8	19,2	37	4,1	22,95
Juru	Serra do Teixeira	81,5	69,2	16,5	20,8	2	10	37,1	4,5	21,95
Lagoa	Catolé do Rocha	81,6	61,4	9,2	24,8	9,2	13,8	38,2	4	25,6
Lagoa de Dentro	Guarabira	85,4	88,9	10,8	5,4	3,8	5,7	40,2	4	18,05
Lagoa Seca	Campina Grande	84	68,6	13	24,6	3	6,8	30,9	4,3	23,1
Lastro	Sousa	85,4	65,5	7,3	22,5	7,3	12	34,6	4	23,45
Livramento	Cariri Ocidental	87,9	70,5	10,3	14,4	1,8	15,1	27,8	4,3	24,85
Logradouro	Guarabira	75	53,8	13,4	21,5	11,6	24,7	44,1	3,9	17,65
Lucena	João Pessoa	78,7	71,7	17,2	18,6	4,1	9,7	32	4,3	27,6

Mãe d'Água	Patos	85,9	82,1	11,6	11,6	2,5	6,3	35,8	4,2	19,65
Malta	Sousa	79,2	71,1	16,1	11,1	4,7	17,8	24,3	4,1	18,2
Mamanguape	Litoral Norte	76,4	69,5	16,8	14,3	6,8	16,2	45,8	3,8	29
Manaíra	Serra do Teixeira	77,3	63,4	18	25,4	4,7	11,2	46,9	4	27,55
Marcação	Litoral Norte	66	65,9	23,4	5,9	10,6	28,2	62,4	4	27,1
Mari	Sapé	77,9	64,1	17,7	18	4,4	17,9	48,7	4,1	21,4
Marizópolis	Sousa	75,5	83,3	17,2	11	7,3	5,7	39,5	4,5	23,6
Massaranduba	Campina Grande	82,7	83	15,3	10	2	7	30,6	4,2	27,35
Mataraca	Litoral Norte	73,5	67,7	23,7	20,1	2,8	12,2	51,9	4	30,85
Matinhas	Brejo Paraibano	84,3	58,8	11,5	20,6	4,2	20,6	38,3	4	15,25
Mato Grosso	Catolé do Rocha	75,2	56,8	19,3	16	5,5	27,2	36	4,3	17,65
Maturéia	Serra do Teixeira	86,2	71,3	12,5	22,7	1,3	6	35,9	4,3	30
Mogeiro	Itabaiana	75,6	81,4	21,8	6,8	2,6	11,8	49,5	4,3	28,25
Montadas	Esperança	85,7	69,3	12,5	24	1,8	6,7	29,5	4	22,2
Monte Horebe	Cajazeiras	67,6	59,6	23,9	27,1	8,5	13,3	39,3	4,2	14,75
Monteiro	Cariri Ocidental	96	89,7	2,1	4,2	1,9	6,1	24,3	4,3	23,95
Mulungu	Guarabira	74,6	67,1	20,3	22,6	5,1	10,3	48,1	4	24,95
Natuba	Umbuzeiro	88,4	82,2	9,8	8,2	1,8	9,6	36,4	4,3	24,6
Nazarezinho	Sousa	77,8	58,4	16,6	33,5	5,6	8,1	39,4	4,2	27,05
Nova Floresta	Curimataú Ocidental	84,7	68,7	14	10,5	1,3	20,8	45,9	4,1	25,85
Nova Olinda	Piancó	65,5	75,2	21,3	15,9	13,2	8,9	46	3,9	11,8
Nova Palmeira	Seridó Oriental	84,6	60,7	13,1	33,1	2,3	6,2	41,6	4	19,15
Olho d'Água	Piancó	82,2	67,2	12,1	17,7	5,7	15,1	36,7	4,1	25,8
Olivedos	Curimataú Ocidental	83,7	82,9	15,7	11,2	0,6	5,9	38,6	4,3	28,5
Ouro Velho	Cariri Ocidental	93	75,7	6,1	12,1	0,9	12,2	33,8	4	14,9
Passagem	Patos	89,8	68,1	8	24,4	2,2	7,5	24,4	4,1	14,85
Patos	Patos	89,5	77,8	8,3	15,5	2,2	6,7	25,1	6,7	24,95
Paulista	Sousa	90,4	84,2	6,6	8,7	3	7,1	29,2	4,4	23,2

Pedra Branca	Itaporanga	84,9	78,5	13,4	8,7	1,7	12,8	31,1	4,3	23
Pedra Lavrada	Seridó Oriental	92,1	67,4	6,3	17,9	1,6	14,7	36,7	4,3	27,25
Pedras de Fogo	Litoral Sul	79,6	69,5	16,6	14,9	3,8	15,6	40,7	4,2	29,45
Pedro Régis	Litoral Norte	80,4	78,9	13,6	9,6	6	11,5	44,5	4,6	24
Piancó	Piancó	84,5	74,2	12,1	11,8	3,4	14	37,3	4,2	15,2
Picuí	Seridó Oriental	88,5	80,1	10,4	16	1,1	3,9	35,7	4,4	25,2
Pilar	Sapé	73,7	65	21,8	31,7	4,5	3,3	40,1	3,9	28
Pilões	Brejo Paraibano	76,5	80,8	19,2	11,2	4,3	8	51,1	4	24,2
Pilõezinhos	Guarabira	84,5	75,8	10,6	6,8	4,9	17,4	47,4	4	23
Pirpirituba	Guarabira	85,3	70,1	12,7	16	2	13,9	44,9	4,1	23,25
Pitimbu	Litoral Sul	80,5	74,8	16,8	17	2,7	8,2	36,9	4	22,05
Pocinhos	Curimataú Ocidental	79,5	63,9	17,2	23,9	3,3	12,2	36,4	4,3	28,6
Poço Dantas	Cajazeiras	73,6	63,4	22,1	19,5	4,3	17,1	42	4,3	18,95
Poço de José de Moura	Cajazeiras	76,3	77,1	17,6	16,8	6,1	6,1	40,8	4,4	19,6
Pombal	Sousa	83,1	81,1	12,7	13,3	4,2	5,6	32,2	4,4	25,2
Prata	Cariri Ocidental	90,7	66,1	7	19,5	2,3	14,4	32,4	4,5	22,3
Princesa Isabel	Serra do Teixeira	87,3	68,6	8,4	12,7	4,3	18,7	34,2	4,5	26,05
Puxinaña	Campina Grande	83,7	68,8	13,2	26,2	3,1	5	24,4	4,1	23,95
Queimadas	Campina Grande	83,1	75,7	12,7	14,9	4,2	9,4	37,5	4,1	29,05
Quixabá	Patos	93,4	83	4,2	14,3	2,4	2,7	23,8	4,5	16,2
Remígio	Curimataú Ocidental	82,6	64,7	13,8	23	3,6	12,3	11,1	4	28,75
Riachão	Curimataú Oriental	85	85,6	12,7	5,9	2,3	8,5	29,2	4,1	21,3
Riachão do Bacamarte	Itabaiana	77,7	63,7	16,2	11,2	6,1	25,1	51,3	4,5	16,7
Riachão do Poço	Sapé	89,2	70,5	9,1	20,2	1,7	9,3	42,3	4,4	28,3
Riacho de Santo Antônio	Cariri Oriental	82	62,5	7,8	21,3	10,2	16,2	38,8	4,2	20,05
Riacho dos Cavalos	Catolé do Rocha	78,1	80,7	16,6	12,6	5,3	6,7	37,1	4,5	25
Rio Tinto	Litoral Norte	71,8	75,7	23,8	14,4	4,4	9,9	42,6	4	24,4
Salgadinho	Seridó Ocidental	85,6	68,7	13,7	20	0,7	11,3	34,9	4	18,15

Salgado de São Félix	Itabaiana	93,8	65,6	6,2	34,4	0	0	52,1	4,2	22,8
Santa Cecília	Umbuzeiro	83,1	76,9	14,8	15,4	2,1	7,7	46,5	3,9	24,7
Santa Cruz	Sousa	84,2	76,1	11,8	18,5	4	5,4	23,4	4,2	20,9
Santa Helena	Cajazeiras	88,9	70,8	7,9	15	3,2	14,2	33,4	4,5	20,6
Santa Luzia	Seridó Ocidental	87,1	83,4	7,9	8,4	5	8,2	27	4,2	22,3
Santa Rita	João Pessoa	72,1	63,6	18,8	16,9	9,1	19,5	44,6	4	27,35
Santa Teresinha	Patos	91,6	86,2	5,8	9,8	2,6	4	28,9	4,6	26,6
Santana de Mangueira	Itaporanga	78,5	87,3	19,2	8,7	2,3	4	31,9	4	15,6
Santana dos Garrotes	Piancó	75,9	76,5	12,7	3,3	11,4	20,2	36,2	4	16,1
Santarém (Joca Claudino)	Cajazeiras	82,6	77,2	14,3	18,3	3,1	4,5	34,2	4,4	22,1
Santo André	Cariri Oriental	95,6	78,2	2,2	16,7	2,2	5,1	27,6	4,1	20,9
São Bentinho	Sousa	89,7	76,4	7,9	16,8	2,4	6,8	29,4	4,4	24,75
São Bento	Catolé do Rocha	64,4	53,9	25	17,8	10,6	28,3	54,4	4,1	31,65
São Domingos de Pombal	Sousa	69,9	62,1	27,3	25,3	2,8	12,6	44,8	4,5	30,75
São Domingos do Cariri	Cariri Oriental	83,7	80,5	14,3	5,7	2	13,8	45,6	4	20
São Francisco	Sousa	86,4	86,9	11,2	8,6	2,4	4,5	25,1	4,5	20,5
São João do Rio do Peixe	Cajazeiras	71,6	72,9	15,2	11,8	13,2	15,3	41	4,3	18,65
São João do Tigre	Cariri Ocidental	76,8	68,3	20	20,8	3,2	10,9	36,1	4,6	21,3
São José da Lagoa Tapada	Sousa	67,1	71,1	25,7	15,8	7,2	13,1	52,7	4	24,15
São José de Caiana	Itaporanga	74,8	78,9	10	5,8	15,2	15,3	52	4,3	23,3
São José de Espinharas	Patos	82,9	69,7	12,2	16,1	4,9	14,2	25,7	4,2	19,15
São José de Princesa	Serra do Teixeira	91,6	83,3	6,9	11,1	1,5	5,6	34,7	4,4	14,25
São José do Bonfim	Patos	90,5	73,5	8,9	22,3	0,6	4,2	26,1	4,3	22,55
São José do Brejo do Cruz	Catolé do Rocha	80,4	60,5	14,4	30,5	5,2	9	34,6	4,5	25,45
São José do Sabugi	Seridó Ocidental	86,7	81,8	11,9	15,9	1,4	2,3	24,7	4,6	22,7
São José dos Ramos	Sapé	86,5	77,4	11	12,9	2,5	9,7	42,6	4,2	21,8
São Mamede	Seridó Ocidental	86,9	77,8	11,5	14,9	1,6	7,3	26,3	4,5	24,65
São Miguel de Taipu	Sapé	79,4	75,9	16,3	13	4,3	11,1	37,5	4	25,25

São Sebastião de Lagoa de Roça	Esperança	81,2	80,1	16,3	9,3	2,5	10,6	36,3	4,2	27,2
São Sebastião do Umbuzeiro	Cariri Ocidental	73,5	69,9	20,4	19,5	6,1	10,6	42,1	4,5	20,7
Sapé	Sapé	79,8	63,2	16,4	18,9	3,8	17,9	44,1	4,4	27,5
Seridó (São Vicente do Seridó)	Seridó Oriental	88	64,6	10,3	23	1,7	12,4	37,3	4,2	23,5
Serra Branca	Cariri Ocidental	87,6	71,6	10,1	24,3	2,3	4,1	28,9	4,3	19,1
Serra da Raiz	Guarabira	91,5	97,1	5	0,7	3,5	2,2	30,7	4	21
Serra Grande	Itaporanga	88,8	79,3	6,3	8,5	4,9	12,2	46,8	4,7	22,15
Serra Redonda	Campina Grande	75,6	66,2	18,8	19,9	5,6	13,9	43,6	4	21,7
Serraria	Brejo Paraibano	67,8	75,4	23,6	14,1	8,6	10,5	40,3	4	22,9
Sertãozinho	Guarabira	92,1	74,4	6,5	24,1	1,4	1,5	31,7	4	22,6
Sobrado	Sapé	84,1	62,6	13,9	31	2	6,4	40,5	4,5	26,5
Solânea	Curimataú Oriental	76,2	67,8	15,7	19,6	8,1	12,6	39,8	4,4	28,65
Soledade	Curimataú Ocidental	74,2	54,2	19,4	28,7	6,4	17,1	41,9	4,4	26,5
Sossêgo	Curimataú Ocidental	82	75,9	17,3	15,4	0,7	8,7	42,3	3,9	22,5
Sousa	Sousa	75,6	71	17,7	19,7	6,7	9,3	34,7	4,2	24,1
Sumé	Cariri Ocidental	82,1	88,5	16,3	4,6	1,6	6,9	25,3	4,5	21,05
Taperoá	Cariri Ocidental	81,5	52,8	13,4	28,9	5,1	18,3	50,2	4,6	21
Tavares	Serra do Teixeira	82,8	76,4	13,4	15,4	3,8	8,2	36	4,5	22,4
Teixeira	Serra do Teixeira	78,4	76,9	18,6	14,5	3	8,6	38,1	4,2	20,15
Tenório	Seridó Oriental	71,6	50	27	32,2	1,4	17,8	44,6	4	22,5
Triunfo	Cajazeiras	78,9	66,3	16	17,9	5,1	15,8	41,4	4,5	27,4
Uiraúna	Cajazeiras	80,3	62,2	9,5	14,3	10,2	23,5	42,9	4,3	18,35
Umbuzeiro	Umbuzeiro	81,7	72,9	14	11,2	4,3	15,9	46	4,2	22,7
Várzea	Seridó Ocidental	91,6	88,1	5,8	10,9	2,6	1	13,4	4,3	24,1
Vieirópolis	Sousa	83,4	73,5	15,7	22,7	0,9	3,8	24,7	4,4	21,8
Vista Serrana	Sousa	90,3	90,2	5,7	4,9	4	4,9	24,7	4	16,9

**ANEXO C – ÍNDICE DE BEM-ESTAR DOS MUNICÍPIOS**

MUNICIPIO	MICRORREGIÃO	Índice APRO_EF1	Índice APOV_EF2	Índice REPRO EF1	Índice REPRO EF2	Índice ABAND EF1	Índice ABAND EF2	Índice DISTORÇÃO EF	Índice MÉDIA H/A EF	Índice MÉDIA Aluno/Turma EF	Índice de Bem-Estar
Água Branca	Serra do Teixeira	0,73	1,29	0,76	0,72	0,27	1,11	0,80	1,07	1,68	0,9354
Aguiar	Piancó	-0,57	0,43	-0,07	0,50	-1,20	0,04	0,27	-0,06	-1,19	-0,2048
Alagoa Grande	Brejo Paraibano	-2,93	-0,50	-3,64	-0,05	0,02	-0,71	-2,12	-0,06	0,04	-1,1070
Alagoa Nova	Brejo Paraibano	-0,19	-1,02	-0,32	-1,00	0,16	-0,36	-0,11	-0,06	0,72	-0,2425
Alagoinha	Guarabira	-0,55	0,61	-0,15	0,92	-1,01	-0,18	-0,82	-0,44	0,45	-0,1317
Alcantil	Cariri Oriental	0,79	1,60	0,41	1,26	1,08	0,92	0,83	-0,82	-1,12	0,5489
Algodão de Jandaira	Curimataú Ocidental	-1,34	0,13	-1,21	0,46	-0,87	-0,36	3,17	-0,82	2,01	0,1307
Alhandra	Litoral Sul	-0,67	-0,37	-0,44	-0,77	-0,76	0,38	-0,17	-0,82	1,10	-0,2793
Amparo	Cariri Ocidental	0,03	0,07	-0,21	-1,30	0,46	1,69	0,84	-0,82	-1,22	-0,0521
Aparecida	Sousa	0,62	0,69	0,43	0,25	0,64	0,76	0,60	-0,06	0,29	0,4678
Araçagi	Guarabira	-1,24	-0,83	-0,52	0,10	-1,93	-1,40	-1,59	-0,44	-0,04	-0,8770
Arara	Curimataú Ocidental	-0,55	-1,06	-0,61	-0,01	-0,13	-1,61	-1,64	-0,82	1,24	-0,5774
Araruna	Curimataú Oriental	0,24	0,97	0,29	0,66	0,02	0,69	0,18	1,82	0,17	0,5605
Areia	Brejo Paraibano	0,32	-0,96	0,68	-1,18	-0,54	-0,03	2,30	-0,82	0,18	-0,0039
Areia de Baraúnas	Patos	-0,47	0,39	-0,96	1,22	0,71	-0,88	0,24	0,69	-1,42	-0,0525
Areial	Esperança	1,05	1,50	0,78	1,03	1,01	1,06	1,33	-0,82	1,48	0,9368
Aroeiras	Umbuzeiro	-1,45	-0,05	-1,54	0,09	-0,50	-0,18	-1,73	-0,82	-0,35	-0,7259
Assunção	Cariri Ocidental	-0,35	0,64	-0,61	0,96	0,35	-0,18	0,26	-0,44	0,43	0,1162
Baía da Traição	Litoral Norte	0,59	0,88	0,66	0,70	0,13	0,50	-0,56	-0,82	0,02	0,2331
Bananeiras	Brejo Paraibano	0,24	0,00	0,51	-0,13	-0,39	0,15	-0,52	-0,82	0,03	-0,1032
Baraúna	Seridó Oriental	-0,27	-1,57	-0,36	-0,55	0,05	-1,74	-0,89	-1,20	2,32	-0,4672
Barra de Santa Rosa	Curimataú Ocidental	-1,05	-1,15	-1,06	-0,67	-0,46	-0,95	-1,80	-0,06	1,08	-0,6799

Barra de Santana	Cariri Oriental	0,21	0,26	0,08	0,30	0,35	0,03	0,66	-0,44	-0,41	0,1150
Barra de São Miguel	Cariri Oriental	-1,91	-1,42	-1,40	-0,54	-1,82	-1,53	-0,90	-0,06	-0,42	-1,1121
Bayeux	João Pessoa	-0,33	-0,40	-0,23	-0,80	-0,35	0,36	-0,26	0,69	0,59	-0,0812
Belém	Guarabira	-0,29	0,38	-0,25	0,33	-0,21	0,18	0,10	-0,06	0,28	0,0523
Belém do Brejo do Cruz	Catolé do Rocha	-0,36	-0,52	-0,13	-0,10	-0,61	-0,69	0,23	-0,82	-0,05	-0,3393
Bernardino Batista	Cajazeiras	-0,69	-0,31	-1,31	-0,87	0,86	0,59	-0,17	0,31	-0,72	-0,2555
Boa Ventura	Itaporanga	-0,14	-1,33	0,64	-0,77	-1,57	-1,11	-0,66	-1,20	-1,20	-0,8145
Boa Vista	Campina Grande	1,29	-1,75	1,03	-1,79	1,08	-0,50	0,24	-1,20	0,61	-0,1092
Bom Jesus	Cajazeiras	-0,05	0,80	-0,11	0,09	0,09	1,13	0,76	0,31	0,82	0,4265
Bom Sucesso	Catolé do Rocha	0,43	0,48	0,64	0,54	-0,21	0,08	1,84	0,69	-2,28	0,2476
Bonito de Santa Fé	Cajazeiras	0,18	1,28	0,80	1,39	-1,09	0,27	-2,89	-0,06	-0,88	-0,1115
Boqueirão	Cariri Oriental	-0,53	0,48	-0,79	-0,20	0,24	0,99	0,35	-0,82	0,04	-0,0263
Borborema	Brejo Paraibano	0,70	1,46	1,03	1,22	-0,32	0,76	-0,63	0,31	0,72	0,5835
Brejo do Cruz	Catolé do Rocha	0,62	0,70	0,80	0,66	-0,06	0,27	0,22	-0,06	-0,05	0,3435
Brejo dos Santos	Catolé do Rocha	0,40	1,01	0,14	0,23	0,68	1,27	1,61	0,69	0,40	0,7139
Caaporã	Litoral Sul	-0,71	-0,74	-0,94	-1,15	0,13	0,27	-0,51	-0,82	0,65	-0,4252
Cabaceiras	Cariri Oriental	1,91	0,80	1,55	0,69	1,56	0,39	0,62	0,69	0,73	0,9947
Cabedelo	João Pessoa	-0,22	0,67	0,14	0,54	-0,79	0,36	0,23	-0,06	-0,12	0,0830
Cachoeira dos Índios	Cajazeiras	-0,25	-1,23	0,20	0,20	-0,98	-2,14	-0,67	0,69	0,63	-0,3937
Cacimba de Areia	Patos	0,34	1,29	0,80	1,51	-0,72	0,13	1,44	0,31	-0,58	0,5022
Cacimba de Dentro	Curimataú Oriental	-0,30	1,37	-0,36	1,13	-0,02	0,73	-0,10	-0,82	-0,46	0,1290
Cacimbas	Serra do Teixeira	-1,44	-1,19	-1,35	-1,10	-0,83	-0,50	-0,70	-0,44	0,30	-0,8040
Caicara	Guarabira	0,56	-0,22	0,53	-0,81	0,31	0,66	-0,24	-0,06	0,67	0,1544
Cajazeiras	Cajazeiras	-0,18	-0,16	-0,15	0,19	-0,13	-0,48	-0,31	1,07	0,06	-0,0100
Cajazeirinhas	Sousa	0,15	0,81	-0,23	-0,48	0,79	1,84	-0,91	0,31	-0,10	0,2425
Caldas Brandão	Itabaiana	0,85	-0,98	0,47	-1,47	1,12	0,29	-0,21	1,07	-0,07	0,1192
Camalaú	Cariri Ocidental	0,09	-0,55	-0,36	1,74	0,90	-2,98	-0,65	-0,82	-2,50	-0,5696
Campina Grande	Campina Grande	-0,66	-0,80	-0,23	-0,27	-1,12	-0,90	-0,09	-0,06	0,17	-0,4398

Campo de Santana (Tacima)	Curimataú Oriental	0,65	-0,82	1,05	-0,97	-0,46	-0,08	-0,12	-0,82	0,33	-0,1382
Capim	Litoral Norte	-1,28	-0,27	-0,94	-0,31	-1,23	-0,04	-0,97	1,07	1,99	-0,2225
Caraúbas	Cariri Oriental	-0,32	-0,60	-1,11	-1,12	1,38	0,45	0,50	-1,20	-0,23	-0,2514
Carrapateira	Cajazeiras	1,49	1,18	1,16	0,57	1,30	1,11	0,94	0,31	-0,55	0,8365
Casserengue	Curimataú Oriental	0,09	0,24	0,08	1,04	0,05	-0,92	-1,20	-0,82	0,68	-0,0833
Catingueira	Piancó	-0,33	0,58	-0,54	0,15	0,24	0,71	0,60	0,31	-1,17	0,0598
Catolé do Rocha	Catolé do Rocha	0,00	-0,34	-0,17	-0,31	0,31	-0,15	1,09	0,69	1,98	0,3440
Caturité	Cariri Oriental	0,57	0,17	0,68	-0,42	0,05	0,78	0,75	-0,82	0,11	0,2067
Conceição	Itaporanga	-0,32	-0,26	0,33	0,40	-1,38	-0,90	-0,59	-0,44	-0,44	-0,3995
Condado	Sousa	-1,10	-0,32	-1,52	-1,34	0,31	1,14	-0,13	0,69	-0,21	-0,2751
Conde	João Pessoa	0,18	0,45	0,01	-0,38	0,42	1,16	-0,04	1,07	0,14	0,3341
Congo	Cariri Ocidental	-0,16	-0,52	-0,57	-0,31	0,71	-0,43	-0,99	-0,82	-2,08	-0,5756
Coremas	Piancó	-1,91	-0,50	-0,42	1,14	-3,70	-2,17	-0,43	-0,82	-2,24	-1,2278
Cruz do Espírito Santo	Sapé	-0,91	-0,31	-0,90	-0,45	-0,43	0,08	-0,27	-0,82	1,67	-0,2604
Cubati	Seridó Oriental	0,03	-1,86	-0,48	-3,11	0,97	0,93	-0,28	-0,06	-0,60	-0,4950
Cuité	Curimataú Ocidental	-0,19	-0,51	-0,71	-1,25	0,90	0,74	-0,59	0,31	0,30	-0,1113
Cuité de Mamanguape	Litoral Norte	-1,78	-0,43	-2,06	0,09	-0,28	-0,78	-1,99	-0,82	0,89	-0,7957
Cuitegi	Guarabira	0,96	1,06	0,99	0,54	0,38	0,97	0,11	-0,82	0,35	0,5057
Curral de Cima	Litoral Norte	-0,38	0,81	-0,92	0,67	0,86	0,43	-1,19	-0,82	1,69	0,1288
Curral Velho	Itaporanga	1,16	1,46	1,40	1,07	0,09	0,93	-0,74	-0,06	0,35	0,6289
Damião	Curimataú Ocidental	-0,21	-0,52	-0,82	-0,64	1,08	-0,03	-0,28	-0,82	2,01	-0,0255
Desterro	Serra do Teixeira	-0,36	-0,82	-0,67	-0,94	0,42	-0,11	0,37	-0,06	0,11	-0,2301
Diamante	Itaporanga	1,86	1,29	2,17	0,32	0,27	1,60	0,37	0,31	-1,20	0,7774
Dona Inês	Curimataú Oriental	2,47	1,78	2,42	1,96	1,23	0,34	1,39	-1,20	1,51	1,3220
Duas Estradas	Guarabira	-0,22	0,99	-0,69	0,25	0,79	1,23	-1,21	1,07	-0,34	0,2074
Emas	Piancó	0,15	1,23	0,22	0,73	-0,06	1,00	0,81	0,31	0,22	0,5128
Esperança	Esperança	1,93	1,28	1,80	0,80	1,12	0,99	2,07	-0,44	2,17	1,3015
Fagundes	Campina Grande	-0,43	-1,90	-0,65	-1,42	0,24	-1,18	-0,90	-0,82	-0,04	-0,7891

Frei Martinho	Seridó Oriental	2,29	1,94	2,13	1,30	1,34	1,39	1,23	-0,82	-0,29	1,1671
Gado Bravo	Umbuzeiro	-0,21	0,80	-0,30	0,30	0,09	0,87	-1,11	-0,44	1,62	0,1794
Guarabira	Guarabira	0,09	-0,97	0,60	-0,61	-0,94	-0,74	-0,13	0,69	0,27	-0,1937
Gurinhém	Itabaiana	-1,22	-0,37	-0,96	0,67	-1,05	-1,39	-1,47	-0,44	-0,28	-0,7215
Gurjão	Cariri Oriental	0,82	0,64	0,68	0,19	0,64	0,76	0,20	0,69	0,43	0,5612
Ibiara	Itaporanga	1,02	0,60	0,95	1,37	0,60	-0,76	1,24	-0,82	-0,47	0,4157
Igaracy	Piancó	-0,04	0,95	-0,42	0,94	0,71	0,31	0,11	1,07	0,43	0,4512
Imaculada	Serra do Teixeira	0,01	0,17	-0,38	-0,15	0,75	0,45	0,35	1,07	0,08	0,2598
Ingá	Itabaiana	-0,43	-0,33	-0,44	0,99	-0,17	-1,72	-1,18	0,31	-0,47	-0,3815
Itabaiana	Itabaiana	-0,85	-0,07	-0,88	0,27	-0,32	-0,44	-1,10	-0,82	-0,87	-0,5633
Itaporanga	Itaporanga	-0,04	-0,51	0,43	1,17	-0,90	-2,23	0,67	0,31	-0,40	-0,1657
Itapororoca	Litoral Norte	-0,91	0,02	-0,65	0,72	-0,90	-0,85	-1,38	-0,44	-0,02	-0,4909
Itatuba	Itabaiana	-0,50	1,41	0,55	1,46	-2,23	0,39	-0,28	-0,82	-0,79	-0,0906
Jacaraú	Litoral Norte	0,12	0,46	0,22	0,49	-0,13	0,11	-0,78	1,45	0,66	0,2888
Jericó	Catolé do Rocha	-1,14	-1,88	-1,31	-2,44	-0,21	0,08	0,76	1,07	0,65	-0,4910
João Pessoa	João Pessoa	0,28	0,64	0,22	-0,01	0,24	1,00	0,66	1,45	0,82	0,5878
Juarez Távora	Itabaiana	0,00	-0,34	-0,21	0,02	0,38	-0,55	-0,09	-0,82	0,50	-0,1235
Juazeirinho	Seridó Oriental	0,10	-2,43	-0,03	-2,56	0,31	-0,60	-0,27	-0,82	1,14	-0,5741
Junco do Seridó	Seridó Ocidental	0,51	0,81	0,26	1,37	0,71	-0,43	0,06	-0,44	-1,27	0,1762
Juripiranga	Sapé	-1,17	-1,44	-0,96	-0,64	-0,94	-1,44	0,10	-0,44	-0,12	-0,7841
Juru	Serra do Teixeira	0,00	-0,41	-0,44	-0,65	0,82	0,17	0,08	1,07	-0,36	0,0306
Lagoa	Catolé do Rocha	0,01	-1,30	0,97	-1,22	-1,82	-0,50	-0,04	-0,82	0,54	-0,4648
Lagoa de Dentro	Guarabira	0,60	1,82	0,66	1,54	0,16	0,92	-0,27	-0,82	-1,32	0,3664
Lagoa Seca	Campina Grande	0,38	-0,48	0,24	-1,20	0,46	0,73	0,80	0,31	-0,08	0,1289
Lastro	Sousa	0,60	-0,83	1,34	-0,90	-1,12	-0,18	0,37	-0,82	0,01	-0,1705
Livramento	Cariri Ocidental	0,99	-0,26	0,76	0,26	0,90	-0,72	1,15	0,31	0,35	0,4153
Logradouro	Guarabira	-1,02	-2,16	0,16	-0,75	-2,71	-2,40	-0,72	-1,20	-1,42	-1,3566
Lucena	João Pessoa	-0,44	-0,13	-0,57	-0,34	0,05	0,22	0,67	0,31	1,03	0,0889

Mãe d'Água	Patos	0,68	1,05	0,51	0,66	0,64	0,81	0,23	-0,06	-0,93	0,3993
Malta	Sousa	-0,36	-0,20	-0,36	0,73	-0,17	-1,20	1,55	-0,44	-1,28	-0,1918
Mamanguape	Litoral Norte	-0,80	-0,38	-0,50	0,27	-0,94	-0,92	-0,91	-1,58	1,37	-0,4859
Manaira	Serra do Teixeira	-0,66	-1,07	-0,73	-1,31	-0,17	-0,04	-1,04	-0,82	1,02	-0,5357
Marcação	Litoral Norte	-2,42	-0,79	-1,77	1,47	-2,34	-3,01	-2,82	-0,82	0,91	-1,2874
Mari	Sapé	-0,57	-0,99	-0,67	-0,25	-0,06	-1,21	-1,25	-0,44	-0,50	-0,6595
Marizópolis	Sousa	-0,94	1,19	-0,57	0,74	-1,12	0,92	-0,19	1,07	0,04	0,1259
Massaranduba	Campina Grande	0,18	1,15	-0,21	0,89	0,82	0,69	0,83	-0,06	0,97	0,5848
Mataraca	Litoral Norte	-1,25	-0,58	-1,83	-0,55	0,53	-0,22	-1,61	-0,82	1,83	-0,5009
Matinhas	Brejo Paraibano	0,43	-1,59	0,53	-0,62	0,02	-1,68	-0,05	-0,82	-2,01	-0,6453
Mato Grosso	Catolé do Rocha	-0,99	-1,82	-0,98	0,03	-0,46	-2,84	0,21	0,31	-1,42	-0,8828
Maturéia	Serra do Teixeira	0,73	-0,17	0,33	-0,92	1,08	0,87	0,22	0,31	1,62	0,4517
Mogeiro	Itabaiana	-0,92	0,97	-1,46	1,34	0,60	-0,15	-1,34	0,31	1,19	0,0610
Montadas	Esperança	0,65	-0,40	0,33	-1,11	0,90	0,74	0,96	-0,82	-0,30	0,1057
Monte Horebe	Cajazeiras	-2,17	-1,50	-1,87	-1,55	-1,57	-0,41	-0,17	-0,06	-2,13	-1,2700
Monteiro	Cariri Ocidental	2,25	1,91	2,34	1,71	0,86	0,85	1,55	0,31	0,13	1,3255
Mulungu	Guarabira	-1,08	-0,65	-1,17	-0,91	-0,32	0,11	-1,18	-0,82	0,38	-0,6260
Natuba	Umbuzeiro	1,07	1,06	0,85	1,14	0,90	0,24	0,16	0,31	0,29	0,6705
Nazarezinho	Sousa	-0,58	-1,64	-0,46	-2,46	-0,50	0,50	-0,18	-0,06	0,89	-0,4991
Nova Floresta	Curimataú Ocidental	0,49	-0,47	0,04	0,82	1,08	-1,72	-0,93	-0,44	0,60	-0,0579
Nova Olinda	Piancó	-2,50	0,27	-1,37	0,05	-3,29	0,36	-0,94	-1,20	-2,86	-1,2753
Nova Palmeira	Seridó Oriental	0,48	-1,37	0,22	-2,41	0,71	0,83	-0,43	-0,82	-1,05	-0,4271
Olho d'Água	Piancó	0,10	-0,64	0,41	-0,21	-0,54	-0,72	0,13	-0,44	0,59	-0,1467
Olivedos	Curimataú Ocidental	0,34	1,14	-0,28	0,72	1,34	0,88	-0,09	0,31	1,25	0,6232
Ouro Velho	Cariri Ocidental	1,79	0,33	1,57	0,59	1,23	-0,22	0,46	-0,82	-2,10	0,3143
Passagem	Patos	1,29	-0,54	1,20	-1,17	0,75	0,60	1,54	-0,44	-2,11	0,1260
Patos	Patos	1,24	0,56	1,14	0,10	0,75	0,74	1,46	9,38	0,38	1,7515
Paulista	Sousa	1,38	1,29	1,47	1,07	0,46	0,67	0,99	0,69	-0,05	0,8860

Pedra Branca	Itaporanga	0,53	0,64	0,16	1,07	0,94	-0,32	0,77	0,31	-0,10	0,4440
Pedra Lavrada	Seridó Oriental	1,65	-0,61	1,53	-0,24	0,97	-0,65	0,13	0,31	0,94	0,4474
Pedras de Fogo	Litoral Sul	-0,30	-0,38	-0,46	0,19	0,16	-0,81	-0,33	-0,06	1,48	-0,0562
Pedro Régis	Litoral Norte	-0,18	0,69	0,12	0,94	-0,65	-0,10	-0,77	1,45	0,14	0,1845
Piancó	Piancó	0,46	0,16	0,41	0,63	0,31	-0,53	0,06	-0,06	-2,02	-0,0653
Picuí	Seridó Oriental	1,09	0,82	0,74	0,03	1,16	1,23	0,24	0,69	0,44	0,7158
Pilar	Sapé	-1,22	-0,89	-1,46	-2,21	-0,09	1,34	-0,26	-1,20	1,13	-0,5407
Pilões	Brejo Paraibano	-0,78	0,90	-0,96	0,72	-0,02	0,52	-1,52	-0,82	0,19	-0,1977
Pilõesinhos	Guarabira	0,46	0,34	0,70	1,34	-0,24	-1,13	-1,10	-0,82	-0,10	-0,0605
Pirpirituba	Guarabira	0,59	-0,31	0,29	0,03	0,82	-0,51	-0,81	-0,44	-0,04	-0,0422
Pitimbu	Litoral Sul	-0,16	0,22	-0,50	-0,11	0,57	0,48	0,11	-0,82	-0,34	-0,0607
Pocinhos	Curimataú Ocidental	-0,32	-1,01	-0,57	-1,10	0,35	-0,22	0,16	0,31	1,27	-0,1240
Poço Dantas	Cajazeiras	-1,24	-1,07	-1,52	-0,47	-0,02	-1,07	-0,48	0,31	-1,10	-0,7389
Poço de José de Moura	Cajazeiras	-0,81	0,48	-0,65	-0,08	-0,68	0,85	-0,34	0,69	-0,94	-0,1654
Pombal	Sousa	0,24	0,94	0,29	0,42	0,02	0,93	0,65	0,69	0,44	0,5133
Prata	Cariri Ocidental	1,43	-0,76	1,40	-0,47	0,71	-0,60	0,62	1,07	-0,28	0,3471
Princesa Isabel	Serra do Teixeira	0,90	-0,48	1,13	0,50	-0,02	-1,35	0,42	1,07	0,65	0,3118
Puxinaña	Campina Grande	0,34	-0,46	0,20	-1,42	0,42	1,04	1,54	-0,44	0,13	0,1496
Queimadas	Campina Grande	0,24	0,33	0,29	0,19	0,02	0,27	0,04	-0,44	1,39	0,2580
Quixabá	Patos	1,85	1,15	1,94	0,27	0,68	1,44	1,61	1,07	-1,78	0,9150
Remígio	Curimataú Ocidental	0,17	-0,92	0,08	-0,97	0,24	-0,23	3,07	-0,82	1,31	0,2135
Riachão	Curimataú Oriental	0,54	1,45	0,29	1,47	0,71	0,43	0,99	-0,44	-0,52	0,5473
Riachão do Bacamarte	Itabaiana	-0,60	-1,03	-0,38	0,72	-0,68	-2,47	-1,55	1,07	-1,65	-0,7309
Riachão do Poço	Sapé	1,20	-0,26	0,99	-0,57	0,94	0,29	-0,51	0,69	1,20	0,4396
Riacho de Santo Antônio	Cariri Oriental	0,07	-1,17	1,24	-0,72	-2,19	-0,92	-0,11	-0,06	-0,83	-0,5214
Riacho dos Cavalos	Catolé do Rocha	-0,53	0,89	-0,46	0,52	-0,39	0,74	0,08	1,07	0,39	0,2569
Rio Tinto	Litoral Norte	-1,52	0,33	-1,85	0,26	-0,06	0,18	-0,55	-0,82	0,24	-0,4198
Salgadinho	Seridó Ocidental	0,63	-0,47	0,10	-0,54	1,30	-0,06	0,34	-0,82	-1,30	-0,0898

Salgado de São Félix	Itabaiana	1,91	-0,82	1,55	-2,59	1,56	1,91	-1,64	-0,06	-0,15	0,1854
Santa Cecília	Umbuzeiro	0,24	0,46	-0,11	0,12	0,79	0,57	-0,99	-1,20	0,32	0,0213
Santa Cruz	Sousa	0,42	0,37	0,47	-0,33	0,09	0,97	1,66	-0,06	-0,62	0,3291
Santa Helena	Cajazeiras	1,15	-0,23	1,22	0,17	0,38	-0,57	0,51	1,07	-0,69	0,3350
Santa Luzia	Seridó Ocidental	0,87	1,20	1,22	1,12	-0,28	0,48	1,24	-0,06	-0,28	0,6121
Santa Rita	João Pessoa	-1,47	-1,05	-0,88	-0,10	-1,79	-1,49	-0,78	-0,82	0,97	-0,8226
Santa Teresinha	Patos	1,57	1,52	1,63	0,92	0,60	1,21	1,03	1,45	0,78	1,1889
Santana de Mangueira	Itaporanga	-0,47	1,64	-0,96	1,07	0,71	1,21	0,68	-0,82	-1,92	0,1275
Santana dos Garrotes	Piancó	-0,88	0,42	0,29	1,84	-2,63	-1,61	0,19	-0,82	-1,80	-0,5559
Santarém (Joca Claudino)	Cajazeiras	0,17	0,50	-0,01	-0,30	0,42	1,13	0,42	0,69	-0,32	0,2980
Santo André	Cariri Oriental	2,19	0,61	2,32	-0,07	0,75	1,02	1,17	-0,44	-0,62	0,7712
São Bentinho	Sousa	1,27	0,41	1,22	-0,08	0,68	0,73	0,97	0,69	0,33	0,6896
São Bento	Catolé do Rocha	-2,67	-2,15	-2,08	-0,23	-2,34	-3,03	-1,90	-0,44	2,02	-1,4228
São Domingos de Pombal	Sousa	-1,81	-1,22	-2,52	-1,30	0,53	-0,29	-0,80	1,07	1,80	-0,5035
São Domingos do Cariri	Cariri Oriental	0,34	0,87	-0,01	1,50	0,82	-0,50	-0,89	-0,82	-0,84	0,0522
São Francisco	Sousa	0,76	1,60	0,58	1,09	0,68	1,13	1,46	1,07	-0,72	0,8491
São João do Rio do Peixe	Cajazeiras	-1,55	0,01	-0,19	0,63	-3,29	-0,76	-0,36	0,31	-1,17	-0,7081
São João do Tigre	Cariri Ocidental	-0,74	-0,51	-1,11	-0,65	0,38	0,01	0,20	1,45	-0,52	-0,1667
São José da Lagoa Tapada	Sousa	-2,25	-0,20	-2,21	0,06	-1,09	-0,37	-1,71	-0,82	0,18	-0,9342
São José de Caiana	Itaporanga	-1,05	0,69	0,82	1,49	-4,03	-0,76	-1,63	0,31	-0,03	-0,4654
São José de Espinharas	Patos	0,21	-0,35	0,39	0,02	-0,24	-0,57	1,39	-0,06	-1,05	-0,0292
São José de Princesa	Serra do Teixeira	1,57	1,19	1,41	0,73	1,01	0,93	0,36	0,69	-2,26	0,6267
São José do Bonfim	Patos	1,40	0,08	1,03	-0,87	1,34	1,18	1,35	0,31	-0,21	0,6223
São José do Brejo do Cruz	Catolé do Rocha	-0,18	-1,40	-0,03	-2,04	-0,35	0,34	0,37	1,07	0,50	-0,1906
São José do Sabugi	Seridó Ocidental	0,81	1,02	0,45	0,05	1,05	1,51	1,51	1,45	-0,18	0,8501
São José dos Ramos	Sapé	0,77	0,52	0,62	0,47	0,64	0,22	-0,55	-0,06	-0,40	0,2488
São Mamede	Seridó Ocidental	0,84	0,56	0,53	0,19	0,97	0,64	1,32	1,07	0,30	0,7134
São Miguel de Taipu	Sapé	-0,33	0,35	-0,40	0,46	-0,02	-0,03	0,04	-0,82	0,45	-0,0336

São Sebastião de Lagoa de Roça	Esperança	-0,05	0,82	-0,40	0,99	0,64	0,06	0,18	-0,06	0,93	0,3449
São Sebastião do Umbuzeiro	Cariri Ocidental	-1,25	-0,33	-1,19	-0,47	-0,68	0,06	-0,49	1,07	-0,67	-0,4393
Sapé	Sapé	-0,27	-1,09	-0,42	-0,38	0,16	-1,21	-0,72	0,69	1,00	-0,2485
Seridó (São Vicente do Seridó)	Seridó Oriental	1,01	-0,93	0,76	-0,97	0,94	-0,25	0,06	-0,06	0,02	0,0629
Serra Branca	Cariri Ocidental	0,95	-0,14	0,80	-1,15	0,71	1,20	1,03	0,31	-1,06	0,2931
Serra da Raiz	Guarabira	1,55	2,75	1,78	2,21	0,27	1,53	0,82	-0,82	-0,60	1,0561
Serra Grande	Itaporanga	1,13	0,73	1,53	1,10	-0,24	-0,22	-1,03	1,82	-0,31	0,5024
Serra Redonda	Campina Grande	-0,92	-0,75	-0,88	-0,52	-0,50	-0,51	-0,66	-0,82	-0,42	-0,6668
Serraria	Brejo Paraibano	-2,14	0,29	-1,81	0,30	-1,60	0,08	-0,28	-0,82	-0,13	-0,6788
Sertãozinho	Guarabira	1,65	0,18	1,49	-1,12	1,05	1,65	0,70	-0,82	-0,20	0,5080
Sobrado	Sapé	0,40	-1,16	0,06	-2,11	0,82	0,80	-0,31	1,07	0,76	0,0374
Solânea	Curimataú Oriental	-0,83	-0,57	-0,28	-0,48	-1,42	-0,29	-0,23	0,69	1,29	-0,2357
Soledade	Curimataú Ocidental	-1,14	-2,11	-1,00	-1,78	-0,79	-1,07	-0,47	0,69	0,76	-0,7685
Sossêgo	Curimataú Ocidental	0,07	0,35	-0,59	0,12	1,30	0,39	-0,51	-1,20	-0,23	-0,0327
Sousa	Sousa	-0,92	-0,21	-0,67	-0,50	-0,90	0,29	0,36	-0,06	0,17	-0,2723
Sumé	Cariri Ocidental	0,09	1,78	-0,40	1,66	0,97	0,71	1,44	1,07	-0,58	0,7474
Taperoá	Cariri Ocidental	0,00	-2,27	0,16	-1,81	-0,32	-1,28	-1,42	1,45	-0,60	-0,6766
Tavares	Serra do Teixeira	0,20	0,41	0,16	0,12	0,16	0,48	0,21	1,07	-0,25	0,2835
Teixeira	Serra do Teixeira	-0,49	0,46	-0,84	0,25	0,46	0,41	-0,03	-0,06	-0,80	-0,0729
Tenório	Seridó Oriental	-1,55	-2,59	-2,47	-2,28	1,05	-1,20	-0,78	-0,82	-0,23	-1,2058
Triunfo	Cajazeiras	-0,41	-0,74	-0,34	-0,24	-0,32	-0,85	-0,41	1,07	0,98	-0,1394
Uiraúna	Cajazeiras	-0,19	-1,20	0,91	0,27	-2,19	-2,19	-0,58	0,31	-1,25	-0,6785
Umbuzeiro	Umbuzeiro	0,03	0,01	0,04	0,72	-0,02	-0,86	-0,94	-0,06	-0,18	-0,1409
Várzea	Seridó Ocidental	1,57	1,73	1,63	0,76	0,60	1,74	2,80	0,31	0,17	1,2570
Vieirópolis	Sousa	0,29	0,08	-0,28	-0,92	1,23	1,25	1,51	0,69	-0,40	0,3820
Vista Serrana	Sousa	1,37	1,97	1,65	1,61	0,09	1,06	1,51	-0,82	-1,60	0,7585

**ANEXO D – IQGP DOS MUNICÍPIOS**

Ranking IQGP	MUNICÍPIO	MICROREGIÕES	Índice de insumo (Iis)	Ranking IIns	Pontos IIns (A)	Índice de Bem-Estar (IBE)	Ranking IBE	Pontos IBE (B)	IQGP (B / A)
1	Brejo do Cruz	Catolé do Rocha	-1,32	3	3	0,34	59	158	52,6667
2	Pocinhos	Curimataú Ocidental	-1,38	2	2	-0,12	131	86	43,0000
3	Picuí	Seridó Oriental	-1,20	7	7	0,72	21	196	28,0000
4	Olho d'Água	Piancó	-1,31	4	4	-0,15	136	81	20,2500
5	Lagoa Seca	Campina Grande	-1,19	8	8	0,13	87	130	16,2500
6	Esperança	Esperança	-1,09	14	14	1,30	4	213	15,2143
7	Alagoinha	Guarabira	-1,26	6	6	-0,13	132	85	14,1667
8	Araruna	Curimataú Oriental	-1,09	15	15	0,56	35	182	12,1333
9	Dona Inês	Curimataú Oriental	-1,05	18	18	1,32	3	214	11,8889
10	Montadas	Esperança	-1,16	11	11	0,11	95	122	11,0909
11	Água Branca	Serra do Teixeira	-1,00	20	20	0,94	11	206	10,3000
12	Imaculada	Serra do Teixeira	-1,05	17	17	0,26	69	148	8,7059
13	Barra de São Miguel	Cariri Oriental	-1,39	1	1	-1,11	209	8	8,0000
14	Capim	Litoral Norte	-1,16	9	9	-0,22	146	71	7,8889
15	Paulista	Sousa	-0,92	29	29	0,89	13	204	7,0345
16	Juazeirinho	Seridó Oriental	-1,28	5	5	-0,57	182	35	7,0000
17	Pombal	Sousa	-0,94	27	27	0,51	38	179	6,6296
18	São Sebastião de Lagoa de Roça	Esperança	-0,95	26	26	0,34	57	160	6,1538
19	Curral de Cima	Litoral Norte	-0,98	22	22	0,13	88	129	5,8636
20	Cacimba de Areia	Patos	-0,88	30	30	0,50	43	174	5,8000
21	Maturéia	Serra do Teixeira	-0,87	31	31	0,45	45	172	5,5484
22	Assunção	Cariri Ocidental	-0,98	23	23	0,12	93	124	5,3913
23	Lucena	João Pessoa	-0,95	24	24	0,09	96	121	5,0417
24	Massaranduba	Campina Grande	-0,83	37	37	0,58	32	185	5,0000
25	Bayeux	João Pessoa	-1,02	19	19	-0,08	122	95	5,0000

26	Monteiro	Cariri Ocidental	-0,70	50	50	1,33	2	215	4,3000
27	Cubati	Seridó Oriental	-1,15	12	12	-0,50	172	45	3,7500
28	Patos	Patos	-0,63	60	60	1,75	1	216	3,6000
29	Tavares	Serra do Teixeira	-0,80	42	42	0,28	68	149	3,5476
30	Catingueira	Piancó	-0,87	33	33	0,06	100	117	3,5455
31	Remígio	Curimataú Ocidental	-0,80	40	40	0,21	76	141	3,5250
32	Casserengue	Curimataú Oriental	-0,93	28	28	-0,08	123	94	3,3571
33	São Miguel de Taipu	Sapé	-0,86	34	34	-0,03	112	105	3,0882
34	Jacaraú	Litoral Norte	-0,70	49	49	0,29	67	150	3,0612
35	Seridó (São Vicente do Seridó)	Seridó Oriental	-0,80	41	41	0,06	98	119	2,9024
36	Areial	Esperança	-0,50	76	76	0,94	10	207	2,7237
37	Juarez Távora	Itabaiana	-0,87	32	32	-0,12	130	87	2,7188
38	Livramento	Cariri Ocidental	-0,62	62	62	0,42	52	165	2,6613
39	Serra Branca	Cariri Ocidental	-0,64	58	58	0,29	66	151	2,6034
40	Borborema	Brejo Paraibano	-0,52	72	72	0,58	33	184	2,5556
41	Duas Estradas	Guarabira	-0,66	57	57	0,21	77	140	2,4561
42	Cuitegi	Guarabira	-0,50	75	75	0,51	41	176	2,3467
43	Queimadas	Campina Grande	-0,61	63	63	0,26	70	147	2,3333
44	Nova Floresta	Curimataú Ocidental	-0,77	45	45	-0,06	117	100	2,2222
45	Areia	Brejo Paraibano	-0,68	54	54	0,00	106	111	2,0556
46	Riachão	Curimataú Oriental	-0,37	89	89	0,55	37	180	2,0225
47	Cacimba de Dentro	Curimataú Oriental	-0,58	66	66	0,13	86	131	1,9848
48	Bananeiras	Brejo Paraibano	-0,76	46	46	-0,10	126	91	1,9783
49	Santa Teresinha	Patos	-0,22	107	107	1,19	6	211	1,9720
50	Campo de Santana (Tacima)	Curimataú Oriental	-0,78	44	44	-0,14	133	84	1,9091
51	Pedras de Fogo	Litoral Sul	-0,67	55	55	-0,06	116	101	1,8364
52	Conde	João Pessoa	-0,39	87	87	0,33	61	156	1,7931
53	Gado Bravo	Umbuzeiro	-0,49	78	78	0,18	81	136	1,7436

54	Boqueirão	Cariri Oriental	-0,61	64	64	-0,03	109	108	1,6875
55	Cruz do Espírito Santo	Sapé	-0,83	38	38	-0,26	153	64	1,6842
56	Puxinaña	Campina Grande	-0,48	79	79	0,15	84	133	1,6835
57	Natuba	Umbuzeiro	-0,15	116	116	0,67	25	192	1,6552
58	São Francisco	Sousa	-0,10	123	123	0,85	15	202	1,6423
59	Santa Luzia	Seridó Ocidental	-0,16	115	115	0,61	30	187	1,6261
60	São José dos Ramos	Sapé	-0,33	90	90	0,25	72	145	1,6111
61	Sobrado	Sapé	-0,52	71	71	0,04	103	114	1,6056
62	Solânea	Curimataú Oriental	-0,79	43	43	-0,24	148	69	1,6047
63	Olivedos	Curimataú Ocidental	-0,08	124	124	0,62	28	189	1,5242
64	Santa Cecília	Umbuzeiro	-0,50	74	74	0,02	105	112	1,5135
65	Pirpirituba	Guarabira	-0,53	69	69	-0,04	113	104	1,5072
66	Mãe d'Água	Patos	-0,17	112	112	0,40	53	164	1,4643
67	Ibiara	Itaporanga	-0,16	114	114	0,42	51	166	1,4561
68	Cabaceiras	Cariri Oriental	0,21	148	148	0,99	9	208	1,4054
69	Baraúna	Seridó Oriental	-0,86	35	35	-0,47	168	49	1,4000
70	Alagoa Nova	Brejo Paraibano	-0,68	51	51	-0,24	149	68	1,3333
71	Princesa Isabel	Serra do Teixeira	-0,15	117	117	0,31	64	153	1,3077
72	Sapé	Sapé	-0,68	52	52	-0,25	150	67	1,2885
73	São José do Bonfim	Patos	0,19	146	146	0,62	29	188	1,2877
74	Damião	Curimataú Ocidental	-0,40	85	85	-0,03	108	109	1,2824
75	Sumé	Cariri Ocidental	0,30	154	154	0,75	20	197	1,2792
76	Aparecida	Sousa	0,07	138	138	0,47	44	173	1,2536
77	Brejo dos Santos	Catolé do Rocha	0,37	156	156	0,71	22	195	1,2500
78	Igaracy	Piancó	0,03	137	137	0,45	46	171	1,2482
79	Barra de Santana	Cariri Oriental	-0,27	99	99	0,11	94	123	1,2424
80	Caiçara	Guarabira	-0,21	109	109	0,15	83	134	1,2294
81	Bonito de Santa Fé	Cajazeiras	-0,51	73	73	-0,11	129	88	1,2055

82	Lagoa de Dentro	Guarabira	0,02	136	136	0,37	55	162	1,1912
83	Serra Grande	Itaporanga	0,19	147	147	0,50	42	175	1,1905
84	Pedra Branca	Itaporanga	0,13	143	143	0,44	48	169	1,1818
85	Pedra Lavrada	Seridó Oriental	0,16	144	144	0,45	47	170	1,1806
86	Mogeiro	Itabaiana	-0,27	100	100	0,06	99	118	1,1800
87	Vista Serrana	Sousa	0,50	169	169	0,76	19	198	1,1716
88	Santo André	Cariri Oriental	0,56	172	172	0,77	18	199	1,1570
89	Cacimbas	Serra do Teixeira	-1,14	13	13	-0,80	202	15	1,1538
90	Catolé do Rocha	Catolé do Rocha	0,08	140	140	0,34	58	159	1,1357
91	São José do Sabugi	Seridó Ocidental	0,67	180	180	0,85	14	203	1,1278
92	Riachão do Poço	Sapé	0,25	151	151	0,44	49	168	1,1126
93	Cajazeirinhas	Sousa	-0,04	129	129	0,24	74	143	1,1085
94	Quixabá	Patos	0,84	186	186	0,91	12	205	1,1022
95	Sertãozinho	Guarabira	0,41	161	161	0,51	40	177	1,0994
96	Diamante	Itaporanga	0,73	182	182	0,78	17	200	1,0989
97	Pilões	Brejo Paraibano	-0,57	67	67	-0,20	144	73	1,0896
98	Juru	Serra do Teixeira	-0,24	104	104	0,03	104	113	1,0865
99	Triunfo	Cajazeiras	-0,50	77	77	-0,14	134	83	1,0779
100	Emas	Piancó	0,46	167	167	0,51	39	178	1,0659
101	Várzea	Seridó Ocidental	1,40	199	199	1,26	5	212	1,0653
102	Fagundes	Campina Grande	-1,06	16	16	-0,79	200	17	1,0625
103	São Mamede	Seridó Ocidental	0,77	184	184	0,71	23	194	1,0543
104	Pedro Régis	Litoral Norte	-0,01	131	131	0,18	80	137	1,0458
105	Gurjão	Cariri Oriental	0,58	175	175	0,56	34	183	1,0457
106	São Bentinho	Sousa	0,85	187	187	0,69	24	193	1,0321
107	Frei Martinho	Seridó Oriental	1,76	204	204	1,17	7	210	1,0294
108	Teixeira	Serra do Teixeira	-0,30	94	94	-0,07	121	96	1,0213
109	Vieirópolis	Sousa	0,41	160	160	0,38	54	163	1,0188

110	Curral Velho	Itaporanga	0,99	190	190	0,63	26	191	1,0053
111	Barra de Santa Rosa	Curimataú Ocidental	-0,95	25	25	-0,68	192	25	1,0000
112	Serra da Raiz	Guarabira	4,12	215	215	1,06	8	209	0,9721
113	Carrapateira	Cajazeiras	2,11	207	207	0,84	16	201	0,9710
114	Alcantil	Cariri Oriental	0,94	188	188	0,55	36	181	0,9628
115	Junco do Seridó	Seridó Ocidental	0,18	145	145	0,18	82	135	0,9310
116	Cuité	Curimataú Ocidental	-0,29	96	96	-0,11	128	89	0,9271
117	Caturité	Cariri Oriental	0,25	150	150	0,21	78	139	0,9267
118	Santa Helena	Cajazeiras	0,51	171	171	0,34	60	157	0,9181
119	São José de Princesa	Serra do Teixeira	3,06	210	210	0,63	27	190	0,9048
120	Caaporã	Litoral Sul	-0,62	61	61	-0,43	162	55	0,9016
121	João Pessoa	João Pessoa	2,15	208	208	0,59	31	186	0,8942
122	Guarabira	Guarabira	-0,43	83	83	-0,19	143	74	0,8916
123	Pitimbu	Litoral Sul	-0,19	111	111	-0,06	119	98	0,8829
124	Piancó	Piancó	-0,19	110	110	-0,07	120	97	0,8818
125	Caldas Brandão	Itabaiana	0,12	142	142	0,12	92	125	0,8803
126	Belém	Guarabira	0,00	133	133	0,05	101	116	0,8722
127	Rio Tinto	Litoral Norte	-0,60	65	65	-0,42	161	56	0,8615
128	Cajazeiras	Cajazeiras	-0,04	128	128	-0,01	107	110	0,8594
129	Juripiranga	Sapé	-0,98	21	21	-0,78	199	18	0,8571
130	Prata	Cariri Ocidental	0,96	189	189	0,35	56	161	0,8519
131	Bom Jesus	Cajazeiras	1,43	200	200	0,43	50	167	0,8350
132	Salgado de São Félix	Itabaiana	0,44	166	166	0,19	79	138	0,8313
133	Pilar	Sapé	-0,73	47	47	-0,54	178	39	0,8298
134	Algodão de Jandaíra	Curimataú Ocidental	0,44	163	163	0,13	85	132	0,8098
135	Baía da Traição	Litoral Norte	0,68	181	181	0,23	75	142	0,7845
136	Cabedelo	João Pessoa	0,33	155	155	0,08	97	120	0,7742
137	Riacho dos Cavalos	Catolé do Rocha	1,03	192	192	0,26	71	146	0,7604

138	Santa Cruz	Sousa	2,41	209	209	0,33	62	155	0,7416
139	Pilõesinhos	Guarabira	0,01	134	134	-0,06	118	99	0,7388
140	Ouro Velho	Cariri Ocidental	3,11	212	212	0,31	63	154	0,7264
141	Manaíra	Serra do Teixeira	-0,66	56	56	-0,54	177	40	0,7143
142	Santarém (Joca Claudino)	Cajazeiras	3,34	213	213	0,30	65	152	0,7136
143	Bom Sucesso	Catolé do Rocha	1,49	202	202	0,25	73	144	0,7129
144	Salgadinho	Seridó Ocidental	-0,01	132	132	-0,09	124	93	0,7045
145	Santana de Mangueira	Itaporanga	0,77	185	185	0,13	89	128	0,6919
146	Mamanguape	Litoral Norte	-0,52	70	70	-0,49	169	48	0,6857
147	Caraúbas	Cariri Oriental	-0,28	97	97	-0,25	151	66	0,6804
148	Umbuzeiro	Umbuzeiro	-0,05	127	127	-0,14	135	82	0,6457
149	São João do Tigre	Cariri Ocidental	-0,11	122	122	-0,17	139	78	0,6393
150	Campina Grande	Campina Grande	-0,44	82	82	-0,44	165	52	0,6341
151	Passagem	Patos	1,50	203	203	0,13	90	127	0,6256
152	Malta	Sousa	-0,12	121	121	-0,19	142	75	0,6198
153	Marizópolis	Sousa	1,83	205	205	0,13	91	126	0,6146
154	São Domingos do Cariri	Cariri Oriental	0,99	191	191	0,05	102	115	0,6021
155	Sossêgo	Curimataú Ocidental	0,62	178	178	-0,03	111	106	0,5955
156	Boa Vista	Campina Grande	0,27	153	153	-0,11	127	90	0,5882
157	Belém do Brejo do Cruz	Catolé do Rocha	-0,23	105	105	-0,34	157	60	0,5714
158	Areia de Baraúnas	Patos	0,64	179	179	-0,05	115	102	0,5698
159	Cachoeira dos Índios	Cajazeiras	-0,25	102	102	-0,39	159	58	0,5686
160	Arara	Curimataú Ocidental	-0,64	59	59	-0,58	184	33	0,5593
161	Aguiar	Piancó	-0,02	130	130	-0,20	145	72	0,5538
162	Nazarezinho	Sousa	-0,47	80	80	-0,50	173	44	0,5500
163	São José de Espinharas	Patos	1,13	195	195	-0,03	110	107	0,5487
164	Amparo	Cariri Ocidental	1,09	193	193	-0,05	114	103	0,5337
165	Itatuba	Itabaiana	0,57	173	173	-0,09	125	92	0,5318

166	Itapororoca	Litoral Norte	-0,33	91	91	-0,49	170	47	0,5165
167	Alhandra	Litoral Sul	-0,12	120	120	-0,28	156	61	0,5083
168	Sousa	Sousa	-0,06	126	126	-0,27	154	63	0,5000
169	Lastro	Sousa	0,38	157	157	-0,17	140	77	0,4904
170	Itaporanga	Itaporanga	0,43	162	162	-0,17	138	79	0,4877
171	Soledade	Curimataú Ocidental	-0,82	39	39	-0,77	198	19	0,4872
172	Gurinhém	Itabaiana	-0,71	48	48	-0,72	194	23	0,4792
173	Ingá	Itabaiana	0,02	135	135	-0,38	158	59	0,4370
174	São Domingos de Pombal	Sousa	-0,26	101	101	-0,50	175	42	0,4158
175	Taperoá	Cariri Ocidental	-0,56	68	68	-0,68	189	28	0,4118
176	Poço de José de Moura	Cajazeiras	1,31	198	198	-0,17	137	80	0,4040
177	Desterro	Serra do Teixeira	0,57	174	174	-0,23	147	70	0,4023
178	São José do Brejo do Cruz	Catolé do Rocha	1,45	201	201	-0,19	141	76	0,3781
179	Condado	Sousa	0,44	165	165	-0,28	155	62	0,3758
180	Mari	Sapé	-0,44	81	81	-0,66	187	30	0,3704
181	Congo	Cariri Ocidental	-0,31	92	92	-0,58	183	34	0,3696
182	Conceição	Itaporanga	0,44	164	164	-0,40	160	57	0,3476
183	Lagoa	Catolé do Rocha	0,26	152	152	-0,46	166	51	0,3355
184	São Sebastião do Umbuzeiro	Cariri Ocidental	0,39	159	159	-0,44	164	53	0,3333
185	Bernardino Batista	Cajazeiras	1,14	196	196	-0,26	152	65	0,3316
186	Mulungu	Guarabira	-0,25	103	103	-0,63	185	32	0,3107
187	Camalaú	Cariri Ocidental	-0,14	118	118	-0,57	181	36	0,3051
188	Serraria	Brejo Paraibano	-0,39	86	86	-0,68	191	26	0,3023
189	São José de Caiana	Itaporanga	0,50	168	168	-0,47	167	50	0,2976
190	Mataraca	Litoral Norte	0,25	149	149	-0,50	174	43	0,2886
191	Serra Redonda	Campina Grande	-0,23	106	106	-0,67	188	29	0,2736
192	Santana dos Garrotes	Piancó	0,07	139	139	-0,56	179	38	0,2734
193	Jericó	Catolé do Rocha	0,51	170	170	-0,49	171	46	0,2706

194	Nova Palmeira	Seridó Oriental	1,98	206	206	-0,43	163	54	0,2621
195	Matinhas	Brejo Paraibano	-0,13	119	119	-0,65	186	31	0,2605
196	Aroeiras	Umbuzeiro	-0,38	88	88	-0,73	195	22	0,2500
197	Itabaiana	Itabaiana	0,39	158	158	-0,56	180	37	0,2342
198	Riacho de Santo Antônio	Cariri Oriental	1,12	194	194	-0,52	176	41	0,2113
199	Tenório	Seridó Oriental	-0,84	36	36	-1,21	210	7	0,1944
200	São José da Lagoa Tapada	Sousa	-0,68	53	53	-0,93	207	10	0,1887
201	Cuité de Mamanguape	Litoral Norte	-0,29	95	95	-0,80	201	16	0,1684
202	Riachão do Bacamarte	Itabaiana	0,10	141	141	-0,73	196	21	0,1489
203	Uiraúna	Cajazeiras	0,74	183	183	-0,68	190	27	0,1475
204	Boa Ventura	Itaporanga	-0,17	113	113	-0,81	203	14	0,1239
205	São João do Rio do Peixe	Cajazeiras	3,09	211	211	-0,71	193	24	0,1137
206	Poço Dantas	Cajazeiras	0,62	177	177	-0,74	197	20	0,1130
207	Araçagi	Guarabira	-0,22	108	108	-0,88	205	12	0,1111
208	Alagoa Grande	Brejo Paraibano	-0,42	84	84	-1,11	208	9	0,1071
209	Santa Rita	João Pessoa	-0,07	125	125	-0,82	204	13	0,1040
210	São Bento	Catolé do Rocha	-1,16	10	10	-1,42	216	1	0,1000
211	Coremas	Piancó	-0,31	93	93	-1,23	211	6	0,0645
212	Mato Grosso	Catolé do Rocha	4,46	216	216	-0,88	206	11	0,0509
213	Marcação	Litoral Norte	-0,27	98	98	-1,29	214	3	0,0306
214	Monte Horebe	Cajazeiras	0,61	176	176	-1,27	212	5	0,0284
215	Nova Olinda	Piancó	3,85	214	214	-1,28	213	4	0,0187
216	Logradouro	Guarabira	1,28	197	197	-1,36	215	2	0,0102

## **ANEXO E – ÍNDICE DE INSUMO DAS MICRORREGIÕES**

<b>MICRORREGIÃO</b>	<b>Gasto educacional por aluno do ensino fundamental</b>	<b>Índice de insumo</b>
Brejo Paraibano	3.252,27	-0,1724
Cajazeiras	3.357,65	0,1534
Campina Grande	2.960,95	-1,0732
Cariri Ocidental	3.139,99	-0,5196
Cariri Oriental	3.161,78	-0,4522
Catolé do Rocha	3.697,15	1,2032
Curimataú Ocidental	3.161,10	-0,4543
Curimataú Oriental	2.808,71	-1,5439
Esperança	3.053,92	-0,7857
Guarabira	3.080,31	-0,7041
Itabaiana	3.043,94	-0,8166
Itaporanga	3.492,50	0,5704
João Pessoa	3.040,24	-0,8280
Litoral Norte	3.818,10	1,5772
Litoral Sul	2.835,80	-1,4602
Patos	3.213,93	-0,2909
Piancó	3.270,52	-0,1160
Sapé	3.561,78	0,7847
Seridó Ocidental	4.021,22	2,2053
Seridó Oriental	3.593,77	0,8836
Serra de Teixeira	3.499,32	0,5915
Sousa	3.240,61	-0,2084
Umbuzeiro	3.779,02	1,4564

**ANEXO F – INDICADORES DE BEM-ESTAR DAS MICRORREGIÕES**

MICRORREGIÃO	Taxa de Aprovação - 1ª a 4ª Série/1º a 5º Ano	Taxa de Aprovação - 5ª a 8ª Série/ 6º ao 9º Ano	Taxa de Reprovação - 1ª a 4ª Série/1º a 5º Ano	Taxa de Reprovação - 5ª a 8ª Série/ 6º ao 9º Ano	Taxa de Abandono - 1ª a 4ª Série/1º a 5º Ano	Taxa de Abandono - 5ª a 8ª Série/ 6º ao 9º Ano	Taxa de Distorção Idade-Série - 1ª a 8ª série/1º ao 9º Ano	Número médio de Horas-Aula Diária no Ensino Fundamental - 8 e 9 anos	Número médio de Alunos por Turma - 1ª a 8ª série/1º ao 9º Ano
Brejo Paraibano	77,73	75,21	17,25	14,44	5,03	10,35	35,83	4,15	25,30
Cajazeiras	80,49	72,54	15,16	15,64	4,36	11,83	39,69	4,11	24,64
Campina Grande	79,75	67,21	15,24	19,93	5,01	12,86	38,66	4,13	22,74
Cariri Ocidental	82,77	78,51	12,68	12,52	4,55	8,97	36,31	4,24	23,30
Cariri Oriental	81,48	69,94	14,77	18,78	3,75	11,28	40,02	4,23	23,45
Catolé do Rocha	79,28	70,66	15,87	18,51	4,85	10,83	39,03	4,17	22,62
Curimataú Ocidental	83,55	77,91	13,61	14,44	2,84	7,65	40,18	4,15	25,60
Curimataú Oriental	84,53	74,63	11,79	14,99	3,69	10,39	37,97	4,16	25,67
Esperança	82,45	75,88	14,60	10,70	2,95	13,43	36,70	4,33	22,98
Guarabira	80,16	70,80	14,66	16,46	5,18	12,74	39,01	4,20	23,18
Itabaiana	81,09	68,47	13,74	18,22	5,17	13,31	35,80	4,10	23,45
Itaporanga	78,26	70,16	17,49	15,51	4,25	14,33	42,23	4,17	24,37
João Pessoa	81,52	70,95	14,45	17,68	4,03	11,37	38,90	4,18	23,53
Litoral Norte	85,03	73,38	11,59	16,37	3,38	10,25	34,90	4,39	22,08
Litoral Sul	81,78	74,55	14,48	17,28	3,75	8,18	39,40	4,28	23,10
Patos	81,11	72,57	15,10	16,00	3,79	11,43	40,46	4,22	23,02
Piancó	84,89	71,46	10,90	16,63	4,21	11,91	32,51	4,27	23,37
Sapé	82,74	73,50	13,50	17,29	3,76	9,21	37,96	4,17	22,91
Seridó Ocidental	85,65	80,30	10,35	12,27	4,00	7,43	31,37	4,25	21,01
Seridó Oriental	75,29	71,59	17,88	14,19	6,83	14,22	41,93	4,28	23,27
Serra de Teixeira	84,05	73,45	13,12	17,39	2,84	9,15	35,12	4,35	23,23
Sousa	80,64	70,96	15,24	18,79	4,13	10,24	38,64	4,28	23,07
Umbuzeiro	85,46	77,38	10,14	12,80	4,40	9,82	30,34	4,24	20,77

**ANEXO G – ÍNDICE DE BEM-ESTAR DAS MICRORREGIÕES**

MICRORREGIÃO	Índice APRO_EF1	Índice APOV_EF2	Índice REPRO EF1	Índice REPRO EF2	Índice ABAND EF1	Índice ABAND EF2	Índice DISTORÇÃO EF	Índice MÉDIA H/A EF	Índice MÉDIA Aluno/Turma EF	Índice de Bem-Estar
Brejo Paraibano	-1,51	0,63	1,49	-0,63	0,91	-0,29	-0,54	-0,91	1,62	0,0867
Cajazeiras	-0,47	-0,18	0,51	-0,13	0,17	0,46	0,69	-1,38	1,08	0,0833
Campina Grande	-0,74	-1,79	0,55	1,67	0,90	0,98	0,36	-1,24	-0,49	0,0220
Cariri Ocidental	0,39	1,63	-0,65	-1,44	0,39	-0,98	-0,39	0,26	-0,02	-0,0904
Cariri Oriental	-0,09	-0,97	0,33	1,19	-0,51	0,18	0,80	0,11	0,09	0,1262
Catolé do Rocha	-0,92	-0,75	0,85	1,07	0,71	-0,05	0,48	-0,61	-0,59	0,0225
Curimataú Ocidental	0,69	1,45	-0,22	-0,63	-1,52	-1,64	0,85	-0,85	1,87	-0,0003
Curimataú Oriental	1,06	0,45	-1,07	-0,40	-0,58	-0,27	0,14	-0,81	1,93	0,0503
Esperança	0,27	0,83	0,25	-2,20	-1,39	1,26	-0,26	1,40	-0,29	-0,0154
Guarabira	-0,59	-0,71	0,28	0,22	1,08	0,91	0,47	-0,25	-0,13	0,1435
Itabaiana	-0,24	-1,41	-0,15	0,95	1,07	1,20	-0,55	-1,57	0,10	-0,0662
Itaporanga	-1,31	-0,90	1,60	-0,18	0,05	1,72	1,50	-0,64	0,85	0,2991
João Pessoa	-0,08	-0,66	0,18	0,73	-0,19	0,22	0,44	-0,47	0,16	0,0372
Litoral Norte	1,24	0,08	-1,16	0,18	-0,91	-0,34	-0,84	2,27	-1,04	-0,0574
Litoral Sul	0,02	0,43	0,19	0,56	-0,51	-1,38	0,60	0,74	-0,19	0,0511
Patos	-0,23	-0,17	0,48	0,02	-0,46	0,26	0,94	0,05	-0,26	0,0690
Piancó	1,19	-0,51	-1,49	0,29	0,01	0,50	-1,60	0,63	0,03	-0,1043
Sapé	0,38	0,11	-0,27	0,56	-0,50	-0,86	0,14	-0,69	-0,35	-0,1625
Seridó Ocidental	1,48	2,17	-1,74	-1,55	-0,23	-1,75	-1,96	0,41	-1,92	-0,5655
Seridó Oriental	-2,43	-0,47	1,78	-0,74	2,92	1,66	1,41	0,78	-0,05	0,5413
Serra de Teixeira	0,87	0,10	-0,45	0,61	-1,52	-0,89	-0,77	1,67	-0,08	-0,0503
Sousa	-0,41	-0,66	0,55	1,19	-0,08	-0,34	0,36	0,76	-0,22	0,1279
Umbuzeiro	1,41	1,29	-1,84	-1,32	0,22	-0,55	-2,29	0,28	-2,11	-0,5478

**ANEXO H – IQGP DAS MICRORREGIÕES**

Ranking	MICROREGIÕES	Índice de insumo (Iis)	Ranking IIns	Pontos IIns (A)	Índice de Bem-Estar (IBE)	Ranking IBE	Pontos IBE (B)	IQGP (B / A)
1	Brejo Paraibano	-0,1724	1	1	0,0867	6	18	18,0000
2	Cajazeiras	0,1534	2	2	0,0833	7	17	8,5000
3	Cariri Oriental	-0,4522	5	5	0,1262	5	19	3,8000
4	Campina Grande	-1,0732	3	3	0,0220	13	11	3,6667
5	Guarabira	-0,7041	10	10	0,1435	3	21	2,1000
6	Catolé do Rocha	1,2032	6	6	0,0225	12	12	2,0000
7	Itaporanga	0,5704	12	12	0,2991	2	22	1,8333
8	Curimataú Oriental	-1,5439	8	8	0,0503	10	14	1,7500
9	Curimataú Ocidental	-0,4543	7	7	-0,0003	14	10	1,4286
10	Cariri Ocidental	-0,5196	4	4	-0,0904	19	5	1,2500
11	Seridó Oriental	0,8836	20	20	0,5413	1	23	1,1500
12	Patos	-0,2909	16	16	0,0690	8	16	1,0000
13	Litoral Sul	-1,4602	15	15	0,0511	9	15	1,0000
14	João Pessoa	-0,8280	13	13	0,0372	11	13	1,0000
15	Esperança	-0,7857	9	9	-0,0154	15	9	1,0000
16	Sousa	-0,2084	22	22	0,1279	4	20	0,9091
17	Itabaiana	-0,8166	11	11	-0,0662	18	6	0,5455
18	Litoral Norte	1,5772	14	14	-0,0574	17	7	0,5000
19	Serra de Teixeira	0,5915	21	21	-0,0503	16	8	0,3810
20	Piancó	-0,1160	17	17	-0,1043	20	4	0,2353
21	Sapé	0,7847	18	18	-0,1625	21	3	0,1667
22	Umbuzeiro	1,4564	23	23	-0,5478	22	2	0,0870
23	Seridó Ocidental	2,2053	19	19	-0,5655	23	1	0,0526